

Síntese

Relatório do Desenvolvimento Humano 2019



Além do rendimento, além das médias, além do presente:
Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI



O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990, como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.



Encontram-se disponíveis online recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, em <http://hdr.undp.org>, incluindo versões digitais e traduções do Relatório e da síntese em mais de 10 línguas; uma versão Web interativa do Relatório; uma série de documentos de investigação e de artigos de opinião e análise sobre o desenvolvimento humano encomendados, tendo em vista a elaboração do Relatório; visualizações interativas e bases de dados, contendo indicadores de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias usadas nos índices do relatório; fichas informativas dos países e outro material de base; bem como os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano de cariz global, regional e nacional. Estão igualmente disponíveis online correções e adendas.

A capa reflete as desigualdades no desenvolvimento humano num mundo em mudança. Os pontos de cores diferentes representam o caráter complexo e multidimensional destas desigualdades. O espectro da crise climática e das arrebataadoras mudanças tecnológicas, evocado pela cor do plano de fundo da capa, que sugere calor, dará forma ao progresso do desenvolvimento humano no século XXI.

Copyright © 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não implicam a expressão de opinião alguma por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do presente Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-membro da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável que não sejam mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, quer explícita quer implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.

Síntese

Relatório do Desenvolvimento Humano 2019

Além do rendimento, além das médias, além do presente:

As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI



*Ao serviço
das pessoas
e das nações*

Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
(PNUD)

Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2019

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Jacob Assa, Cecilia Calderon, George Ronald Gray, Nergis Gulasan, Yu-Chieh Hsu, Milorad Kovacevic, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tanni Mukhopadhyay, Shivani Nayyar, Thangavel Palanivel, Carolina Rivera e Heriberto Tapia

Produção, comunicações, área operacional

Botagoz Abdreyeva, Oscar Bernal, Andrea Davis, Rezarta Godo, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Admir Jahic, Fe Juarez Shanahan, Sarantuya Mend, Anna Ortubia, Yumna Rathore, Dharshani Seneviratne, Elodie Turchi e Nu Nu Win

Contribuidores externos

Capítulo 3 (pelo World Inequality Lab): Lucas Chancel, Denis Cogneau, Amory Gethin, Alix Myczkowski e Thomas Piketty

Caixas e destaques: Elizabeth Anderson, Michelle Bachelet, Bas van Bavel, David Coady, James Foster, Nora Lustig e Ben Philips



Prefácio

A vaga de protestos que tem assolado diversos países é um sinal inequívoco de que, apesar de todo o nosso progresso, há algo na nossa sociedade globalizada que não está a funcionar.

São vários os motivos que levam as pessoas a sair para as ruas: o custo de um bilhete de comboio, o preço da gasolina, a reivindicação política da independência.

Um dos fios condutores é, porém, uma profunda e crescente frustração com as desigualdades.

Compreender de que modo se deve fazer face à atual inquietação exige um olhar “*Além do Rendimento, Além das Médias e Além do Presente,*” como se propõe fazer este Relatório do Desenvolvimento Humano.

A desigualdade é, demasiadas vezes, enquadrada pela economia, alimentada e medida pela ideia de que ganhar dinheiro é o mais importante na vida.

Contudo, as sociedades ameaçam soçobrar sob o peso desta premissa e, embora as pessoas possam protestar para manter uns cêntimos nas suas carteiras, o poder é o protagonista desta história: o poder de uns poucos, a impotência de muitos e o poder coletivo das pessoas para exigir mudanças.

Para ir além do rendimento será necessário enfrentar os interesses estabelecidos — as normas sociais e políticas profundamente enraizadas na história e na cultura de uma nação ou de um grupo.

Olhando além do presente, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 articula a ascensão de uma nova geração de desigualdades.

Tal como a disparidade ao nível dos padrões de vida elementares tem decrescido, com um número sem precedentes de pessoas em todo o mundo a escaparem à pobreza, à fome e à doença, as capacidades de que as pessoas necessitarão para competir no futuro imediato evoluíram.

Abriu-se um novo fosso, como no ensino superior e no acesso à banda larga — oportunidades outrora consideradas um luxo são, hoje em dia, consideradas como essenciais para a competitividade e a pertença, sobretudo numa economia do conhecimento, onde um número crescente de jovens instruídos, se encontram sem opções de ascensão social.

Em simultâneo, as alterações climáticas, a desigualdade de género e os conflitos violentos continuam a promover e a enraizar desigualdades, tanto as estabelecidas quanto as novas. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano expõe, a incapacidade de enfrentar estes desafios sistémicos

levará ao reforço das desigualdades e à consolidação do poder e do domínio político de uns poucos.

Aquilo a que assistimos atualmente é a crista de uma onda de desigualdade. O que se segue depende das opções tomadas. Do mesmo modo que a desigualdade começa à nascença, define a liberdade e as oportunidades de crianças, adultos e idosos e estende-se à geração seguinte, também as políticas de prevenção das desigualdades podem acompanhar o ciclo de vida.

Desde os investimentos a montante do mercado laboral, na saúde e na nutrição das crianças mais jovens, até aos investimentos no mercado laboral e além do mesmo, em torno do acesso a capitais, dos salários mínimos e dos serviços sociais, os políticos e as pessoas responsáveis pela formulação de políticas dispõem de uma gama de opções que, quando devidamente combinadas em função do contexto de cada país ou grupo, se traduzirão num investimento, para toda a vida, na igualdade e na sustentabilidade.

A concretização dessas opções começa com o compromisso de enfrentar a complexidade do desenvolvimento humano — de alargar as fronteiras para apoiar os países e as comunidades na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É esta a missão que está no âmago do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em colaboração com os 170 países e territórios que servimos.

Há cerca de 40 anos, o pai fundador do desenvolvimento humano, o Professor Doutor Amartya Sen, colocou uma questão ilusoriamente simples: igualdade de quê? Respondeu-lhe com a mesma simplicidade: das coisas que nos importam para construir o futuro a que almejamos.

As palavras do Prof. Doutor Sen ajudam-nos a adotar uma nova perspetiva, a ir além do crescimento e dos mercados para compreender por que motivos as pessoas saem à rua para protestar e o que os líderes podem fazer quanto a isso.

Gostaria de agradecer a todos e a todas que nos acompanharam nesta jornada de exploração dos últimos 12 meses — e insto-vos a continuarem a ler.

Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

A elaboração de um Relatório do Desenvolvimento Humano é um verdadeiro empreendimento coletivo, que reflete os contributos, formais e informais, de diversas pessoas e instituições. Aquilo que acaba por constar destas páginas não consegue espelhar, na sua totalidade, a abundância de ideias, interações, parcerias e colaborações associadas a este esforço. Estes agradecimentos são uma tentativa imperfeita de reconhecer as pessoas que doaram, generosamente, o seu tempo e a sua energia para ajudar a elaborar o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 — peço desculpa às muitas que contribuíram e que não nos foi possível incluir aqui. Enquanto autores, esperamos que o conteúdo corresponda aos extraordinários contributos recebidos e que o Relatório acrescente àquilo que a Assembleia Geral da ONU reconheceu como “um exercício intelectual independente” que se tornou “uma importante ferramenta de sensibilização para o desenvolvimento humano em todo o mundo.”

A nossa primeira palavra de agradecimento é endereçada aos membros do nosso Conselho Consultivo, vigorosamente dirigido por Thomas Piketty e Tharman Shanmugaratnam, na respetiva qualidade de Co-Presidente. Os outros membros do Conselho Consultivo são Olu Ajakaiye, Kaushik Basu, Haroon Borat, Francisco Ferreira, Janet C. Gornick, David Grusky, Ravi Kanbur, Enrico Letta, Chunling Li, Nora Lustig, Laura Chinchilla Miranda, Njuguna Ndung'u e Frances Stewart.

Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações quanto a vários aspetos metodológicos e dos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Oliver Chinganya, Albina A. Chuwa, Ludgarde Coppens, Marc Fleurbaey, Marie Haldorson, Friedrich Huebler, Dean Mitchell Jolliffe, Yemi Kale, Steven Kapsos, Robert Kirkpatrick, Jaya Krishnakumar, Mohd Uzir Mahidin, Max Roser e Pedro Luís do Nascimento Silva.

Muitos outros ofereceram sugestões generosas sem exercerem formalmente qualquer função consultiva, incluindo Sabina Alkire, Sudhir Anand, Amar Battacharya, Sarah Cliffe, Miles Corak, Angus Deaton, Shanta Devarajan, Vitor Gaspar, Carol Graham, Kenneth Harttgen, Homi Kharas, Michèle Lamont, Santiago Levy, Ako Muto, Ambar Nayaran, Alex Reid, Carolina Sánchez-Páramo, Paul Segal, Amartya Sen, Juan Somavia, Yukio Takasu, Senoe Torgerson e Michael Woolcock.

Agradecemos, igualmente, as contribuições escritas de Lucas Chancel e dos nossos colegas no World Inequality Lab, que contribuíram com o capítulo 3 do Relatório. As caixas e os destaques foram um contributo de Elizabeth Anderson, Michelle Bachelet, Bas van Bavel, David Coady, James Foster, Nora Lustig, Ben Philips, a Associação Internacional das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo e o Instituto de Investigação para a Paz, em Oslo. Os documentos de investigação e contributos escritos foram elaborados por Fabrizio Bernardi, Dirk Bezemer, Matthew Brunwasser, Martha Chen, Sirianne Dahlum, Olivier Fiala, Valpy FitzGerald, James K. Galbraith, Jayati Ghosh, John Helliwell, Martin Hilbert, Patrick Kabanda, Emmanuel Letouze, Juliana Martínez, Håvard Mogleiv, José Antonio Ocampo, Gudrun Østby, Inaki Permanyer, Ilze Plavgo, Siri Aas Rustad, Diego Sánchez-Ancochea, Anya Schiffrin, Jeroen P.J.M. Smits, Eric Uslaner, Kevin Watkins e Martijn van Zomeren. Estamos gratos a todos eles e a todas elas.

Foram consultados vários peritos em determinadas áreas temáticas e regiões, por diversas ocasiões, entre março e setembro de 2019, incluindo em Beirute, Bona, Buenos Aires, Cairo, Doha, Genebra, Marraquexe, Nairóbi, Nursultán, Paris, Rabat e Tóquio. Pelos seus contributos durante estas consultas, estamos especialmente gratos a Touhami Abdelkhalek, Touhami Abi, Hala Abou Ali, Laura Addati, Shaikh Abdulla bin Ahmed Al Khalifa, Ibrahim Ahmed Elbadawi, Asmaa Al Fadala, Abdulrazak Al-Faris, Najla Ali Murad, Facundo Alvaredo, Yassamin Ansari, Kuralay Baibatyrova, Alikhan Baimenov,



Radhika Balakrishnan, Carlotta Balestra, Luis Beccaria, Debapriya Bhattacharya, Roberto Bissio, Thomas Blanchet, Sachin Chaturvedi, Alexander Chubrik, Paulo Esteves, Elyas Felfoul, Cristina Gallach, Amory Gethin, Sherine Ghoneim, Liana Ghukasyan, Manuel Glave, Xavier Godinot, Heba Handoussa, Gonzalo Hernández-Licona, Ameena Hussain, Hatem Jemmali, Fahmida Khatun, Alex Klemm, Paul Krugman, Nevena Kulic, Christoph Lakner, Tomas de Lara, Eric Livny, Paul Makdisi, Gordana Matkovic, Rodrigo Márquez, Roxana Maurizio, Marco Mira, Cielo Morales, Salvatore Morelli, Rabie Nasr, Heba Nassar, Andrea Villarreal Ojeda, Chukwuka Onyekwena, Andrea Ordóñez, Magued Osman, Mónica Pachón, Emel Memiş Parmaksiz, Maha El Rabbat, Racha Ramadan, Hala El Saeed, Ouedraogo Sayouba, Sherine Shawky, André de Mello e Souza, Paul Stubbs, Hamid Tijani, René Mauricio Valdés, Peter Van de Ven, Ngu Wah Win, Xu Xiuli, Cai Yiping, Sabina Ymeri e Stephen Younger. Foi, ainda, prestado apoio por outras pessoas cujo elevado número não nos permite elencá-las neste espaço (está disponível uma lista de consultas em <http://hdr.undp.org/en/towards-hdr-2019>, sendo outros parceiros e intervenientes mencionados em <http://hdr.undp.org/en/acknowledgements-hdr-2019>). Os contributos, o apoio e a assistência das instituições parceiras, incluindo os gabinetes regionais e nacionais do PNUD, são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

O Relatório também beneficiou das avaliações pelos pares de cada capítulo, levadas a cabo por Paul Anand, Carlos Rodriguez Castelan, Lidia Ceriani, Daniele Checchi, Megan Cole, Danny Dorling, Csaba Feher, Oliver Fiala, Maura Francese, Aleksandr V. Gevorkyan, Leonard Goff, Didier Jacobs, Silpa Kaza, Jeni Klugman, Anirudh Krishna, Benoit Laplante, Max Lawson, Marc Morgan, Teresa Munzi, Brian Nolan, Zachary Parolin, Kate E. Pickett, Sanjay Reddy, Pascal Saint-Amans, Robert Seamans, Nicholas Short e Marina Mendes Tavares.

Estamos gratos aos muitos e às muitas colegas da família das Nações Unidas que apoiaram a elaboração do relatório através da realização de consultas ou dos seus comentários e conselhos. Este grupo inclui Prosper

Tanyaradzwa Muwengwa, Thokozile Ruzvidzo e Saurabh Sinha da Comissão Económica para África (CEA); Alberto Arenas, Alicia Bárcena, Mario Cimoli e Nunzia Saporito, da Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEALC); Khalid Abu-Ismael, Oussama Safa and Niranjana Sarangi da Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental (CESAO); Roger Gomis, Damian Grimshaw, Stefan Kühn e Perin Sekerler, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Astra Bonini, Hoi Wai Jackie Cheng, Elliott Harris, Ivo Havinga, Marcelo Lafleur, Shantanu Mukherjee, Marta Roig, Michael Smedes e Wenyan Yang, do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DAESNU); Manos Antoninis, Bilal Fouad Barakat e Anna Cristina D'Addio, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Lakshmi Narasimhan Balaji, Laurence Chandy e Mark Hereward, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Shams Banihani, Jorge Chediek e Xiaojun Grace Wang, do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC); Paul Ladd, do Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD); Rachel Gisselquist, Carlos Gradin e Kunal Sen, do Instituto Mundial para a Investigação Económica sobre o Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER); Margaret Carroll e Emma Morley, dos Voluntários das Nações Unidas (VNU); Shruti Majumdar, Shahrashoub Razavi e Silke Staab, da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), e Theadora Swift Koller, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Muitos e muitas colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e motivação. Luis Felipe López-Calva, Michele Candotti, Joseph D'Cruz e Abdoulaye Mar Dieye deram orientação, não apenas quanto ao conteúdo do relatório, mas também no sentido da evolução do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano nos anos vindouros. Estamos, de igual modo, gratos a Marcel Alers, Fernando Aramayo, Gabriela Catterberg, Valerie Cliff, Esuna Dugarova, Mirjana Spoljaric Egger, Almudena Fernández,

Cassie Flynn, Stephen Gold, Nicole Igloi, Boyan Konstantinov, Raquel Lagunas, Marcela Meléndez, Ruben Mercado, Ernesto Pérez, Kenroy Roach, Renata Rubian, Narue Shiki, Ben Slay, Mourad Wahba, Douglas Webb, Haoliang Xu e Diego Zavaleta.

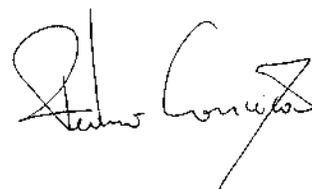
Tivemos a felicidade de contar com o apoio de talentosos estagiários — Farheen Ghaffar, Michael Gottschalk, Xiao Huang, Sneha Kaul e Adrian Pearl — e verificadores de factos — Jeremy Marand, Tobias Schillings e Emilia Toczydlowska.

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com a República da Coreia pelo seu contributo financeiro. A sua dedicação e apoio contínuos à investigação no domínio do desenvolvimento e ao Relatório são muito prezados.

Estamos gratos pela edição e pela paginação altamente profissionais da equipa da Communications Development Incorporated — liderada por Bruce Ross-Larson,

com Joe Caponio, Nick Moschovakis, Christopher Trott e Elaine Wilson.

Por fim, estamos extremamente gratos ao Administrador do PNUD Achim Steiner por nos desafiar constantemente a ambicionar mais, dando-nos espaço para sermos ousados. Ele pediu-nos um Relatório que apelasse ao público, às pessoas responsáveis pela formulação de políticas e aos peritos — pois essa é a única forma de fazer progredir a causa do desenvolvimento humano. Esperamos ter correspondido a estas expectativas.



Pedro Conceição

Director

Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019

| | |
|----------------|-----|
| Prefácio | iii |
| Agradecimentos | iv |
| Síntese | 1 |

PARTE I

| | |
|---------------------------|-----------|
| Além do rendimento | 23 |
|---------------------------|-----------|

CAPÍTULO 1

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| A desigualdade no desenvolvimento humano: Objetivos móveis no século XXI | 29 |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------|

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Compreender a desigualdade de capacidades | 30 |
| As dinâmicas da desigualdade no desenvolvimento humano: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas | 32 |
| A convergência ao nível básico não tem sido benéfica para todos: Identificar os mais desfavorecidos | 48 |
| Rumo a uma agência reforçada | 51 |
| Os objetivos móveis e as desigualdades no século XXI | 57 |

CAPÍTULO 2

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| As desigualdades no desenvolvimento humano: Interligadas e persistentes | 73 |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Como as desigualdades começam à nascença — e podem persistir | 74 |
| Como as desigualdades interagem com outras condicionantes contextuais do desenvolvimento humano | 82 |
| As desigualdades podem acumular-se ao longo da vida, refletindo desequilíbrios profundos de poder | 93 |

PARTE II

| | |
|------------------------|-----------|
| Além das médias | 97 |
|------------------------|-----------|

CAPÍTULO 3

| | |
|--------------------------------------------------------|------------|
| Medir a desigualdade no rendimento e na riqueza | 103 |
|--------------------------------------------------------|------------|

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| O combate à desigualdade começa com uma boa medição | 103 |
| A curva em forma de elefante da desigualdade e do crescimento mundiais | 109 |
| Quão desigual é África? | 116 |
| A desigualdade nos países BRIC desde a década de 2000 | 119 |
| Desigualdade e redistribuição na Europa e nos Estados Unidos | 120 |
| Desigualdade na riqueza mundial: O capital está de volta | 127 |
| Posfácio: A transparência dos dados enquanto imperativo mundial | 132 |

CAPÍTULO 4

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| As desigualdades de gênero além das médias: Entre as normas sociais e os desequilíbrios de poder | 147 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A desigualdade de gênero no século XXI | 148 |
| Estarão as normas sociais e os desequilíbrios de poder a mudar? | 152 |
| Escolhas limitadas e desequilíbrios de poder ao longo do ciclo de vida | 158 |
| Capacitar as raparigas e as mulheres para a igualdade de gênero: Um modelo de redução das desigualdades horizontais | 164 |

PARTE III

| | |
|-------------------------|------------|
| Além do presente | 171 |
|-------------------------|------------|

CAPÍTULO 5

| | |
|-------------------------------------------------------------|------------|
| Alterações climáticas e desigualdades no Antropoceno | 175 |
|-------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Como as alterações climáticas e as desigualdades no desenvolvimento humano estão interligadas | 178 |
| As desigualdades e injustiças ambientais são generalizadas — um retrato global dos resíduos, do consumo de carne e da utilização da água | 186 |
| Uma rutura com o passado: Tomar opções diferentes pelas pessoas e pelo planeta | 192 |

CAPÍTULO 6

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| O potencial da tecnologia para a divergência e a convergência: Fazer face a um século de transformação estrutural | 199 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| As dinâmicas da desigualdade no acesso à tecnologia: Convergência ao nível básico, divergência a um nível avançado | 200 |
| A tecnologia está a transformar o mundo: Como irá moldar a desigualdade no desenvolvimento humano? | 205 |
| Potenciar a tecnologia para uma Grande Convergência no desenvolvimento humano | 208 |

CAPÍTULO 7

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Políticas de redução das desigualdades no desenvolvimento humano para o século XXI: A escolha é nossa | 223 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Rumo à convergência nas capacidades, além do rendimento: Do universalismo básico ao universalismo avançado | 225 |
| Rumo ao aumento inclusivo do rendimento: Elevar a produtividade e reforçar a equidade | 233 |
| Pós-escrito: A escolha é nossa | 245 |

| | |
|-------------|-----|
| Notas | 257 |
| Referências | 268 |

ANEXO ESTATÍSTICO

| | |
|-----------------------|------------|
| Guia do Leitor | 295 |
|-----------------------|------------|

Tabelas Estatísticas

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes | 300 |
| 2. Tendências do índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2018 | 304 |
| 3. Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade | 308 |
| 4. Índice de Desenvolvimento Humano por Género | 312 |
| 5. Índice de Desigualdade de Género | 316 |
| 6. Índice de Pobreza Multidimensional – países em desenvolvimento | 320 |

Painéis do desenvolvimento humano

| | |
|----------------------------------------------|-----|
| 1. Qualidade do desenvolvimento humano | 325 |
| 2. Disparidades de género no decurso da vida | 330 |
| 3. Capacitação das mulheres | 335 |
| 4. Sustentabilidade ambiental | 340 |
| 5. Sustentabilidade socioeconómica | 345 |

| | |
|-------------------------------------------|------------|
| Regiões em vias de desenvolvimento | 350 |
|-------------------------------------------|------------|

| | |
|---------------------------------|------------|
| Referências Estatísticas | 351 |
|---------------------------------|------------|

Síntese

As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI



Síntese

As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI

Em todos os países, muitas pessoas têm poucas perspectivas de um futuro melhor. Desprovidas de esperança, propósito ou dignidade, assistem, nas margens da sociedade, ao avanço dos outros, rumo a uma prosperidade cada vez maior. A nível mundial, muitos escaparam à pobreza extrema, mas são ainda mais os que nunca tiveram nem as oportunidades nem os recursos para gerir as suas vidas. O género, a etnia ou a riqueza dos pais ainda determinam, com demasiada frequência, o lugar de uma pessoa na sociedade.

Desigualdades. As provas estão por todo o lado. A preocupação também. Em todo o mundo, um número crescente de pessoas, de todos os quadrantes políticos, consideram que a desigualdade de rendimento no respetivo país deveria ser reduzida (figura 1).

As desigualdades no desenvolvimento humano são mais profundas. Tome-se como exemplo duas crianças nascidas em 2000, uma num país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano e outra num país com um baixo nível de desenvolvimento humano (figura 2). Hoje em dia, a primeira tem uma probabilidade superior a 50% de estar matriculada no ensino superior: mais de metade das pessoas com 20 anos de idade, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, frequentam o ensino superior. Em contraste, é muito menos provável que a segunda esteja viva. Cerca de 17 por cento das crianças nascidas em países com um baixo nível de desenvolvimento humano em 2000 terão morrido antes do seu 20.º aniversário, em comparação com apenas 1 por cento das crianças nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Também é pouco provável que a segunda criança frequente o ensino superior: nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, apenas 3 por cento estão matriculadas. Já lhes foram determinados percursos distintos e desiguais — e provavelmente irreversíveis — por circunstâncias quase inteiramente alheias ao seu controlo. As desigualdades são igualmente elevadas no interior dos países — quer em vias de desenvolvimento quer desenvolvidos. Em alguns países desenvolvidos, as disparidades na esperança de vida aos 40 anos, entre o percentil mais elevado da distribuição do rendimento e o percentil mais baixo, foram estimadas num valor que chega a atingir 15 anos, no caso dos homens, e 10 anos, no das mulheres.

As desigualdades nem sempre espelham um mundo injusto. Algumas, provavelmente, são inevitáveis, tais

como as desigualdades resultantes da difusão de uma nova tecnologia. No entanto, quando estes percursos desiguais têm pouco que ver com a valorização do esforço, do talento ou dos riscos corridos por empreendedores, podem ser ofensivos para o sentido coletivo de equidade e uma afronta à dignidade humana.

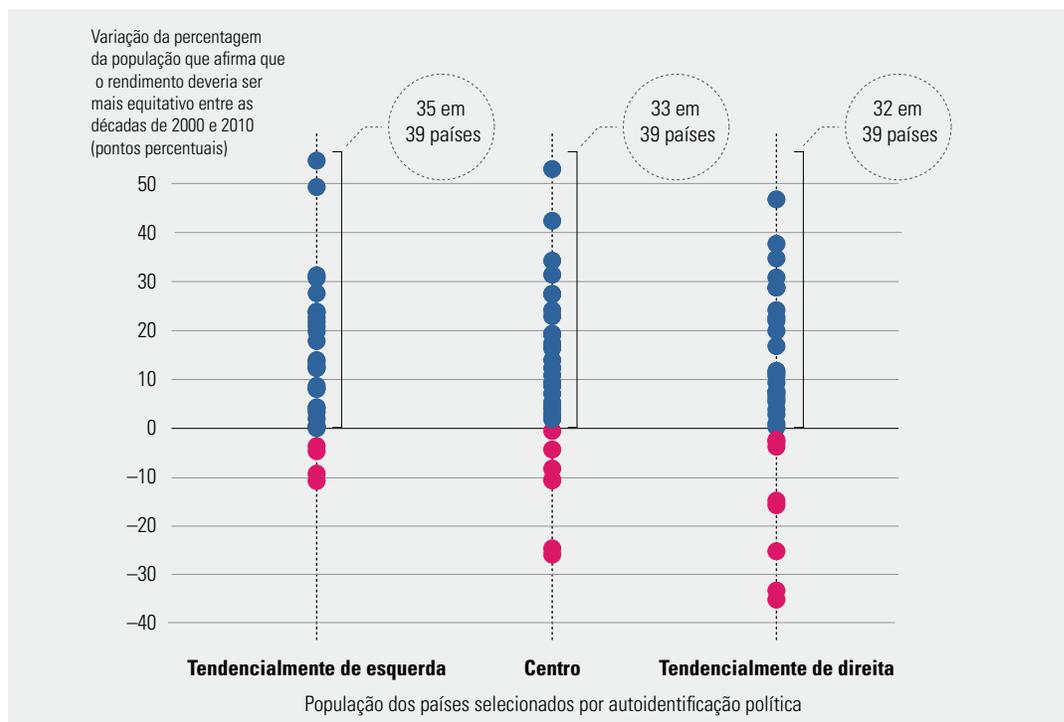
Tais desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas no governo, nas instituições e entre si. Na sua maioria, lesam as economias, desperdiçam o potencial das pessoas, no trabalho e na vida pessoal, impossibilitando-as de concretizá-lo plenamente. Muitas vezes, impedem que as decisões políticas reflitam as aspirações da sociedade no seu todo e protejam o planeta, já que uns poucos, melhor posicionados, exercem o seu poder para moldar as decisões à medida, sobretudo, dos seus atuais interesses. Em casos extremos, as pessoas podem sair para as ruas.

Estas desigualdades no desenvolvimento humano são um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Não se trata somente de discrepâncias no rendimento e na riqueza. Não é possível representá-las através da mera utilização de indicadores sumários de desigualdade que se focam numa única dimensão. Irão, além disso, enformar as perspectivas das pessoas que viverem até ao século XXII. A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano deve, por isso, ir além do rendimento, além das médias e além do presente, o que nos conduz a cinco mensagens principais (figura 3).

Em primeiro lugar, enquanto muitas pessoas estão a superar os patamares mínimos de progresso em termos de desenvolvimento humano, as disparidades permanecem disseminadas. Nas primeiras duas décadas do século XXI, registou-se um progresso notável na redução das privações extremas, mas as discrepâncias permanecem inaceitavelmente acentuadas num conjunto de capacidades as liberdades necessárias

FIGURA 1

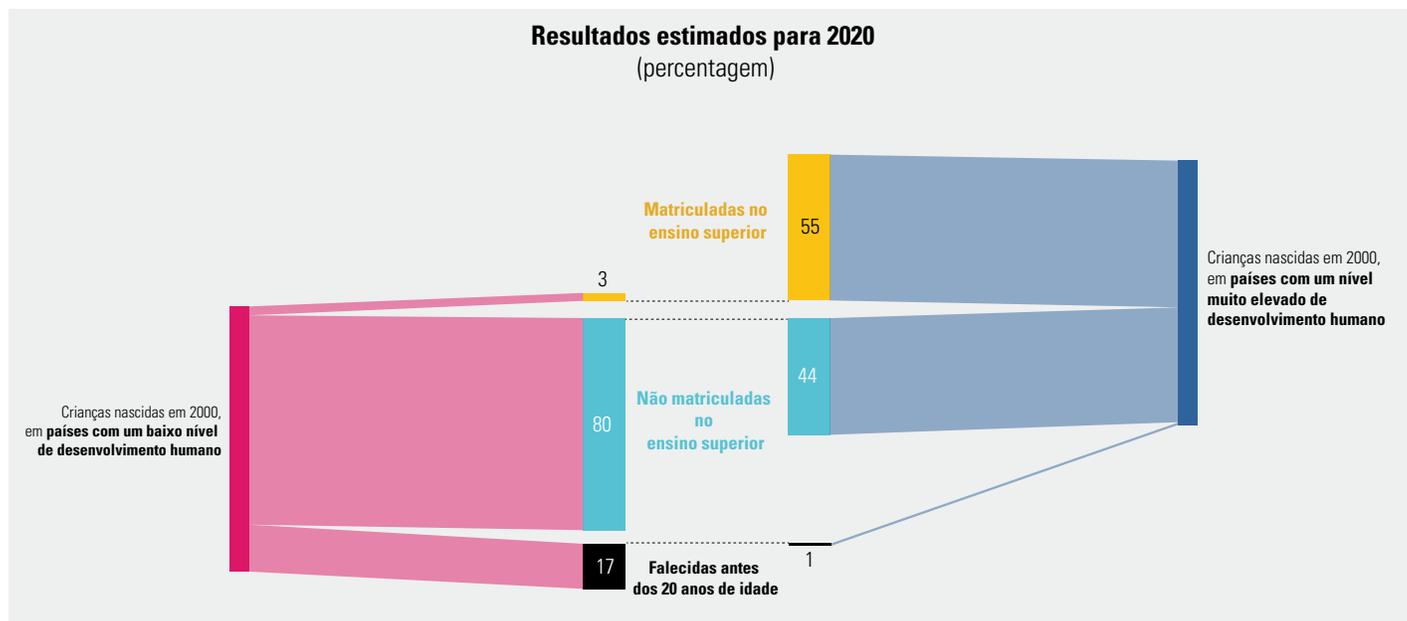
A percentagem da população que afirma que o rendimento deveria ser mais equitativo aumentou entre as décadas de 2000 e 2010



Nota: Cada ponto representa um dos 39 países com dados comparáveis. A amostra abrange 48 por cento da população mundial. Com base em respostas numa escala de 1 a 5, em que 1 significa "o rendimento deveria ser mais equitativo" e 5, "precisamos de maiores diferenças no rendimento." Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, 4.ª, 5.ª e 6.ª edições.

FIGURA 2

As crianças nascidas em 2000, em países com rendimentos diferentes, farão um percurso muito desigual até 2020



Nota: Trata-se de estimativas (a partir de valores médios) para um indivíduo típico de um país com um baixo nível de desenvolvimento humano e de um país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Os dados relativos à frequência do ensino superior baseiam-se nos dados de inquéritos às famílias relativos a pessoas com idades entre os 18 e os 22 anos, tratados pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, in www.education-inequalities.org (acedido em 5 de novembro de 2019). As percentagens dizem respeito a pessoas nascidas em 2000. O número de pessoas falecidas antes do 20.º aniversário é calculado com base nos nascimentos ocorridos por volta de 2000 e na estimativa do número de mortes desse segmento populacional entre 2000 e 2020. O número de pessoas matriculadas no ensino superior em 2020 é calculado com base no número estimado de pessoas vivas (pertencentes ao segmento nascido por volta de 2000) e nos dados mais recentes quanto à frequência do ensino superior. As pessoas não matriculadas no ensino superior constituem o complementar. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas e do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

FIGURA 3

Além do rendimento, além das médias e além do presente: A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano conduz a cinco mensagens principais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

para que as pessoas sejam e façam algo desejável, tal como ir à escola, conseguir um emprego ou ter o que comer. Além disso, o progresso tem passado ao lado de algumas das pessoas mais vulneráveis, mesmo no tocante às privações mais extremas, tanto que o mundo não está em vias de as erradicar até 2030, conforme o apelo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em segundo lugar, tem surgido uma nova geração de graves desigualdades no desenvolvimento humano, ainda que muitas das que ficaram por resolver no século XX estejam em declínio. Sob o espectro da crise climática e das arrebatadoras mudanças tecnológicas, as desigualdades no desenvolvimento humano têm assumido novas formas no século XXI. As desigualdades ao nível das capacidades estão a evoluir de variadas maneiras. As desigualdades relativas às capacidades básicas, associadas às privações mais extremas, têm vindo a diminuir. Nalguns casos, vertiginosamente, como sucede com as desigualdades mundiais ao nível da esperança de vida à nascença. Muitas pessoas na base estão, atualmente, a alcançar as primeiras etapas do desenvolvimento humano. Simultaneamente, as

desigualdades no domínio das capacidades avançadas estão a aumentar, o que reflete aspetos da vida que, provavelmente, se tornarão mais importantes no futuro, ao proporcionarem uma maior capacitação. As pessoas que, nos dias de hoje, se encontram adequadamente capacitadas parecem destinadas a avançar ainda mais amanhã.

Em terceiro lugar, as desigualdades no desenvolvimento humano podem acumular-se ao longo da vida e frequentemente serem realçadas por profundos desequilíbrios de poder. Apresentam-se mais como uma consequência do que uma causa da imparidade, impulsionadas por fatores profundamente enraizados nas sociedades, economias e estruturas políticas. O combate às desigualdades no desenvolvimento humano implica a resposta aos seguintes fatores: Uma melhoria genuína não partirá da tentativa de corrigir as disparidades apenas quando as pessoas já auferem rendimentos muito diferentes, uma vez que as desigualdades têm início à nascença ou mesmo antes, podendo acumular-se ao longo da vida das pessoas. Tão-pouco assentarão num regresso ao passado e na

simples tentativa de restaurar as políticas e instituições que mantiveram as desigualdades sob controlo, por vezes e em alguns países, durante o século XX. Foi nessas mesmas condições que os desequilíbrios de poder se agravaram, acentuando, em muitos casos, a acumulação de vantagens ao longo do ciclo de vida.

Em quarto lugar, a avaliação das desigualdades no desenvolvimento humano exige uma revolução nas métricas. As boas políticas começam por uma boa medição e uma nova geração de desigualdades carece de uma nova geração de indicadores. Conceitos mais claros ligados aos desafios da atualidade, combinações mais amplas de fontes de dados, ferramentas analíticas mais incisivas — todos estes elementos são necessários. Os trabalhos inovadores em curso sugerem que o rendimento e a riqueza poderão estar a acumular-se no topo em muitos países, a um ritmo demasiado veloz para poder ser apreendido com base em indicadores sumários de desigualdade. A sistematização e ampliação destes esforços pode contribuir para esclarecer os debates públicos e tornar as políticas mais adequadas. As métricas podem não parecer uma prioridade, até se contemplar o peso contínuo de indicadores como o produto interno bruto desde a sua criação na primeira metade do século XX.

Em quinto lugar, a correção das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, é possível — se agirmos já, antes que os desequilíbrios no poder económico se traduzam num domínio político arraigado. A melhoria das desigualdades ao nível de algumas capacidades básicas comprova que o progresso é possível. Porém, os antecedentes do progresso quanto às capacidades básicas não darão resposta às aspirações das pessoas para o atual século. Para mais, o reforço continuado da redução das desigualdades ao nível das capacidades básicas, embora necessário, não é suficiente. Se é um facto que as capacidades avançadas estão associadas a um maior grau de poder, ignorar as discrepâncias emergentes neste domínio pode levar à alienação das pessoas responsáveis pela formulação de políticas face às necessidades das pessoas, a sua capacidade de fazer escolhas que concretizem as suas aspirações e valores. Apenas voltando a nossa atenção para o combate a uma nova geração de desigualdades ao nível das capacidades avançadas, muitas das quais só agora estão a emergir, será possível evitar que as desigualdades no desenvolvimento humano se consolidem ainda mais no decurso do século XXI.

Como? Não será através de uma visão isolada das políticas nem da fé numa solução mágica que resolva todos os problemas. A redistribuição do rendimento, que domina, frequentemente, o debate das políticas

relativas à igualdade, é, por vezes, encarada como a tal solução mágica. Contudo, nem um pacote completo de medidas redistributivas, com quatro políticas ambiciosas — impostos sobre o rendimento mais elevados e progressivos, deduções aplicadas sobre os rendimentos auferidos nos escalões inferiores, subsídios tributáveis pagos por cada criança e um rendimento mínimo para todos os indivíduos — seria suficiente para inverter, na íntegra, o aumento da desigualdade de rendimento no Reino Unido entre o final da década de 1970 e 2013. Não se pretende, com isto, afirmar que a redistribuição não importa — bem pelo contrário. Ainda assim, a mudança a longo prazo, tanto ao nível do rendimento quanto do leque mais vasto de desigualdades no desenvolvimento humano, depende de uma abordagem que passa por políticas mais amplas e sistémicas.

O que fazer? A abordagem proposta no Relatório delinea políticas que visam corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano, enquadradas de um modo que alie o aumento e a distribuição quer das capacidades quer do rendimento. As opções abrangem políticas pré-mercado, no mercado e pós-mercado. Os salários, os lucros e as taxas de participação no mercado laboral são, tipicamente, determinados pelos mercados, os quais são condicionados pela regulamentação, pelas instituições e pelas políticas vigentes (no mercado). No entanto, estes fatores também dependem de políticas que afetam as pessoas antes de surtirem efeito na economia (pré-mercado). As políticas pré-mercado podem reduzir as discrepâncias em termos de capacidades, contribuindo para que todas as pessoas entrem no mercado laboral com uma melhor preparação. As políticas no mercado afetam a distribuição do rendimento e das oportunidades durante o trabalho, produzindo resultados que tanto podem promover como desincentivar a igualdade. As políticas pós-mercado afetam as desigualdades depois de o mesmo, juntamente com as políticas no mercado, terem determinado a distribuição do rendimento e das oportunidades. Estes conjuntos de políticas interagem. Por exemplo, a prestação de serviços públicos pré-mercado poderá depender, em parte, da eficácia das políticas pós-mercado (impostos sobre o rendimento derivado do mercado para financiar, a título exemplificativo, a saúde e a educação), que são importantes para arrecadar receita pública, de modo a custear aqueles serviços. Já os impostos, por sua vez, têm o seu fundamento no grau de redistribuição do rendimento, que a sociedade está disposta a efetuar, transferindo-o das pessoas mais abastadas para as mais favorecidas. O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo,

O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo, ser complacentes. A crise climática mostra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar os mercados laborais e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas poderão substituir as pessoas

ser complacentes. A crise climática mostra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar os mercados laborais e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas poderão substituir as pessoas. Estamos, porém, à beira de um abismo além do qual será difícil recuperar. Apesar disso, a escolha é nossa — e devemos fazê-la agora.

Além do rendimento, além das médias e além do presente

O Relatório tem por base um novo quadro de análise que avalia as desigualdades, indo além do rendimento, além das médias e além do presente (figura 4).

Além do rendimento

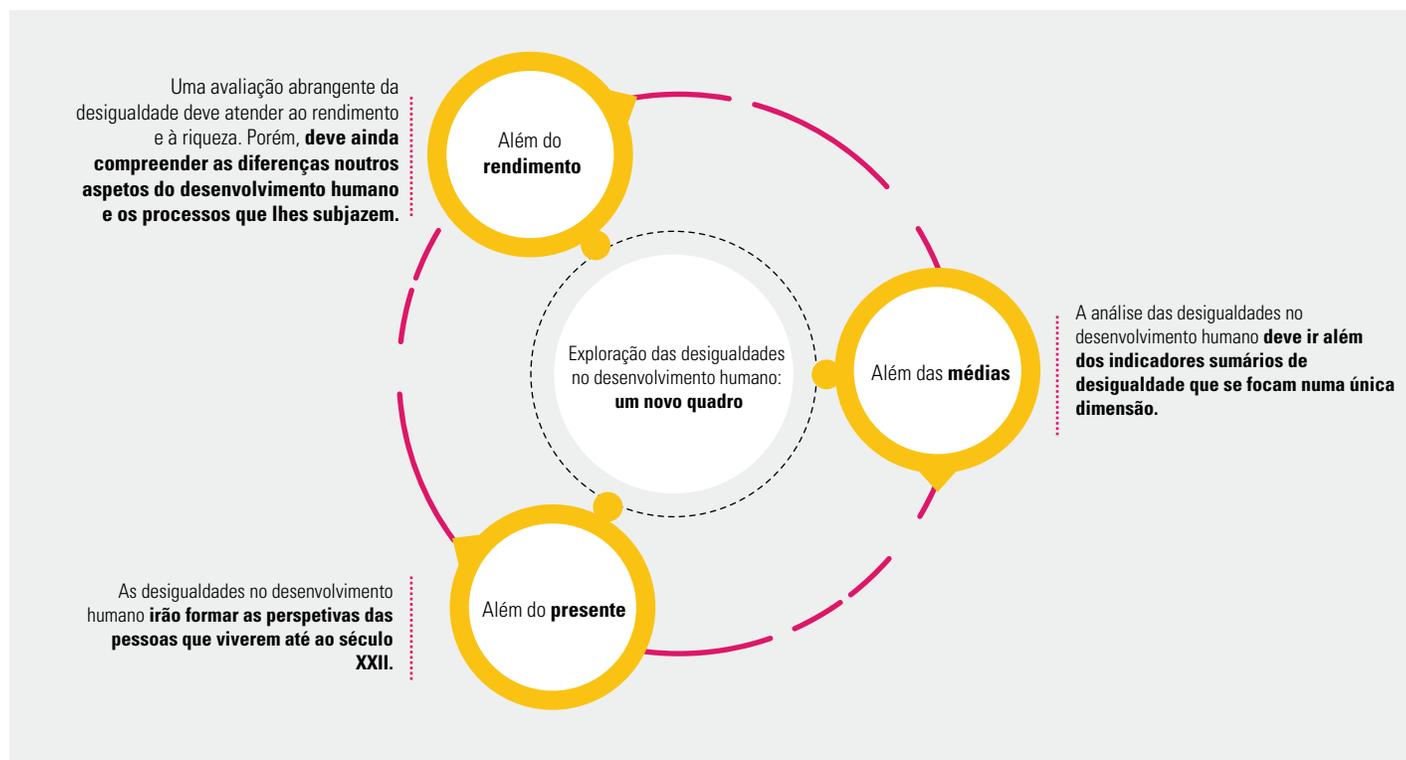
Qualquer avaliação abrangente da desigualdade deve atender ao rendimento e à riqueza. Porém, deve ainda ir além dos dólares e das rupias para compreender as diferenças noutros aspetos do desenvolvimento humano e os processos que lhes subjazem. Existe, com

certeza, desigualdade económica, mas há, igualmente, desigualdades noutros elementos fundamentais do desenvolvimento humano, tais como a saúde, a educação, a dignidade e o respeito pelos direitos humanos. Estas últimas poderão não se revelar se apenas se tiver em conta a desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza. Uma abordagem da desigualdade com base no desenvolvimento humano adota uma perspetiva centrada nas pessoas: diz respeito às capacidades que lhes permitem exercer a sua liberdade de serem e fazerem aquilo a que aspiram na sua vida.

Até mesmo a compreensão das disparidades de rendimento exige a análise de outras formas de desigualdade. As desvantagens no domínio da saúde e da educação (quer próprias quer dos pais) interagem e, frequentemente, agudizam-se ao longo da vida. As disparidades têm início antes de se nascer, começando pela “lotaria do nascimento” que é o acaso do lugar de origem de uma criança, e podem agravar-se com o passar dos anos. As crianças oriundas de famílias pobres podem não ter meios para pagar a sua educação e estão em desvantagem ao tentarem encontrar um emprego. É provável que estas crianças, quando entrarem no mercado de trabalho, penalizadas por sucessivas camadas de

FIGURA 4

Pensar as desigualdades



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

desvantagens, aufram vencimentos inferiores aos das provenientes de famílias com um maior rendimento.

Além das médias

Demasiadas vezes, o debate em torno da desigualdade é excessivamente simplificado, apoiando-se em indicadores sumários da desigualdade e dados incompletos que traçam um retrato parcial e, por vezes, enganador, quer no tocante aos tipos de desigualdade a ter em consideração quer às pessoas afetadas. A análise deve ir além das médias, que condensam as informações relativas à distribuição num único número, e examinar as manifestações da desigualdade de forma transversal à população, em diferentes lugares e ao longo do tempo. Em cada aspeto do desenvolvimento humano, o que importa é o gradiente de desigualdade como um todo (as diferenças nas realizações do conjunto da população, segundo uma variedade de características socioeconómicas).

Além do presente

Uma grande parte das análises concentra-se no passado ou no aqui e agora. Porém, um mundo em mudança exige que se considerem os fatores que moldarão a desigualdade no futuro. Os atuais — e novos — tipos de desigualdade irão interagir com forças sociais, económicas e ambientais de relevo, determinando as vidas da juventude de hoje e da sua descendência. O século XXI será moldado por duas transições drásticas: as alterações climáticas e as transformações tecnológicas. A crise climática já atinge com maior dureza os mais pobres, enquanto os avanços tecnológicos, como a aprendizagem

automática e a inteligência artificial, poderão deixar grupos inteiros para trás, ou mesmo países — assombrados pela incerteza do futuro dessas transições.

As aspirações humanas em evolução: Das capacidades básicas às capacidades avançadas

Ao perguntar com que forma de desigualdade nos deveríamos preocupar, em última instância (“Igualdade de quê?”), Amartya Sen argumentou que as capacidades das pessoas — a liberdade de fazer escolhas quanto à sua vida — são cruciais. As capacidades estão no âmago do desenvolvimento humano. O Relatório vai nesse sentido e explora as desigualdades ao nível das capacidades.

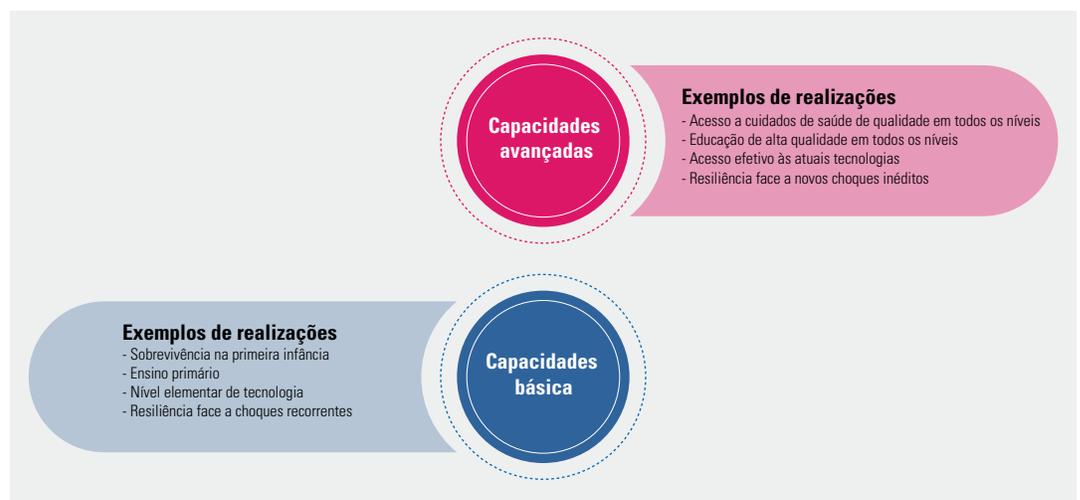
As capacidades evoluem consoante as circunstâncias, os valores e a mudança nas exigências e aspirações das pessoas. Hoje em dia, possuir um conjunto de capacidades básicas — as associadas à ausência de privações extremas — não é suficiente. As capacidades avançadas têm vindo a tornar-se essenciais para que as pessoas assumam a responsabilidade pela “narrativa das suas vidas”.

As capacidades avançadas acarretam um maior grau de ação ao longo da vida das pessoas. Dado que algumas capacidades são adquiridas no decurso da vida de uma pessoa, alcançar um conjunto básico — como sobreviver até aos 5 anos ou aprender a ler — proporciona um ponto de partida para a formação de capacidades avançadas em etapas posteriores da vida (figura 5).

Um mundo em mudança exige que se leve em conta os fatores que moldarão a desigualdade no futuro. Os atuais — e novos — tipos de desigualdade irão interagir com forças sociais, económicas e ambientais de relevo, determinando as vidas da juventude de hoje e da sua descendência

FIGURA 5

O desenvolvimento humano, das capacidades básicas às capacidades avançadas



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Uma evolução semelhante das capacidades básicas para as avançadas é a que se reflete na utilização da tecnologia ou na capacidade de lidar com choques ambientais, desde perigos frequentes, mas menores, até eventos imprevisíveis de grande escala. A distinção é igualmente importante no que diz respeito à compreensão das desigualdades de forma transversal aos grupos, como no caso da transição do direito de voto das mulheres (uma capacidade básica) para a participação na política enquanto líderes nacionais (uma capacidade avançada). A evolução da ambição, das capacidades básicas às avançadas, espelha a passagem dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mensagem principal 1: As disparidades no desenvolvimento humano permanecem generalizadas, apesar dos progressos na redução das privações extremas

O século XXI assistiu a um grande e disseminado progresso dos padrões de vida, tendo um número sem precedentes de pessoas, em todo o mundo, levado a cabo uma “grande evasão” da fome, da doença e da pobreza — cruzando o limiar mínimo de subsistência. O Índice de Desenvolvimento Humano evidencia um progresso impressionante, em média, refletindo melhorias drásticas em situações como a esperança de vida à nascença, impulsionadas, em larga medida, por decréscimos acentuados das taxas de mortalidade infantil.

Ainda assim, muitas pessoas foram deixadas para trás e as desigualdades permanecem generalizadas em relação a todas as capacidades. Algumas são questões de vida ou morte, outras prendem-se com o acesso ao conhecimento e a tecnologias com um impacto determinante na vida das pessoas.

Apesar de ter sofrido uma redução considerável, a diferença ao nível da esperança de vida à nascença entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano é ainda de 19 anos. Existem diferenças ao nível da longevidade prevista em todas as idades. A diferença na esperança de vida aos 70 anos é de quase 5 anos. Cerca de 42 por cento dos adultos concluíram o ensino primário nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94 por cento nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Existem discrepâncias em todos os níveis de instrução. Apenas 3,2 por cento dos adultos possuem um grau de ensino

superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29 por cento nos países desenvolvidos. Quanto ao acesso à tecnologia, os países em vias de desenvolvimento têm 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. No tocante ao acesso à banda larga, os países com um baixo nível de desenvolvimento humano apresentam menos de 1 assinatura por cada 100 habitantes, em comparação com 28 por cada 100 habitantes nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (figura 6).

Os países pior posicionados abrangem os 600 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo do limiar da pobreza extrema — um número que dispara para 1,3 mil milhões quando medido segundo o Índice de Pobreza Multidimensional. Cerca de 262 milhões de crianças não estão matriculadas no ensino primário nem no secundário e 5,4 milhões de crianças não sobrevivem além dos primeiros cinco anos de vida. Apesar de um maior acesso às imunizações e a tratamentos mais económicos, as taxas de mortalidade infantil nos agregados familiares mais desfavorecidos dos países mais pobres do mundo permanecem elevadas. As taxas mais elevadas verificam-se nos países com um nível baixo e médio de desenvolvimento humano, mas existem disparidades acentuadas no interior de cada país: Os 20 percentis mais pobres, em alguns países de rendimento médio, chegam a registar uma taxa média de mortalidade infantil equivalente à de um típico país de baixo rendimento.

Mensagem principal 2: Está a surgir uma nova geração de desigualdades, com a divergência nas capacidades avançadas, apesar da convergência nas capacidades básicas

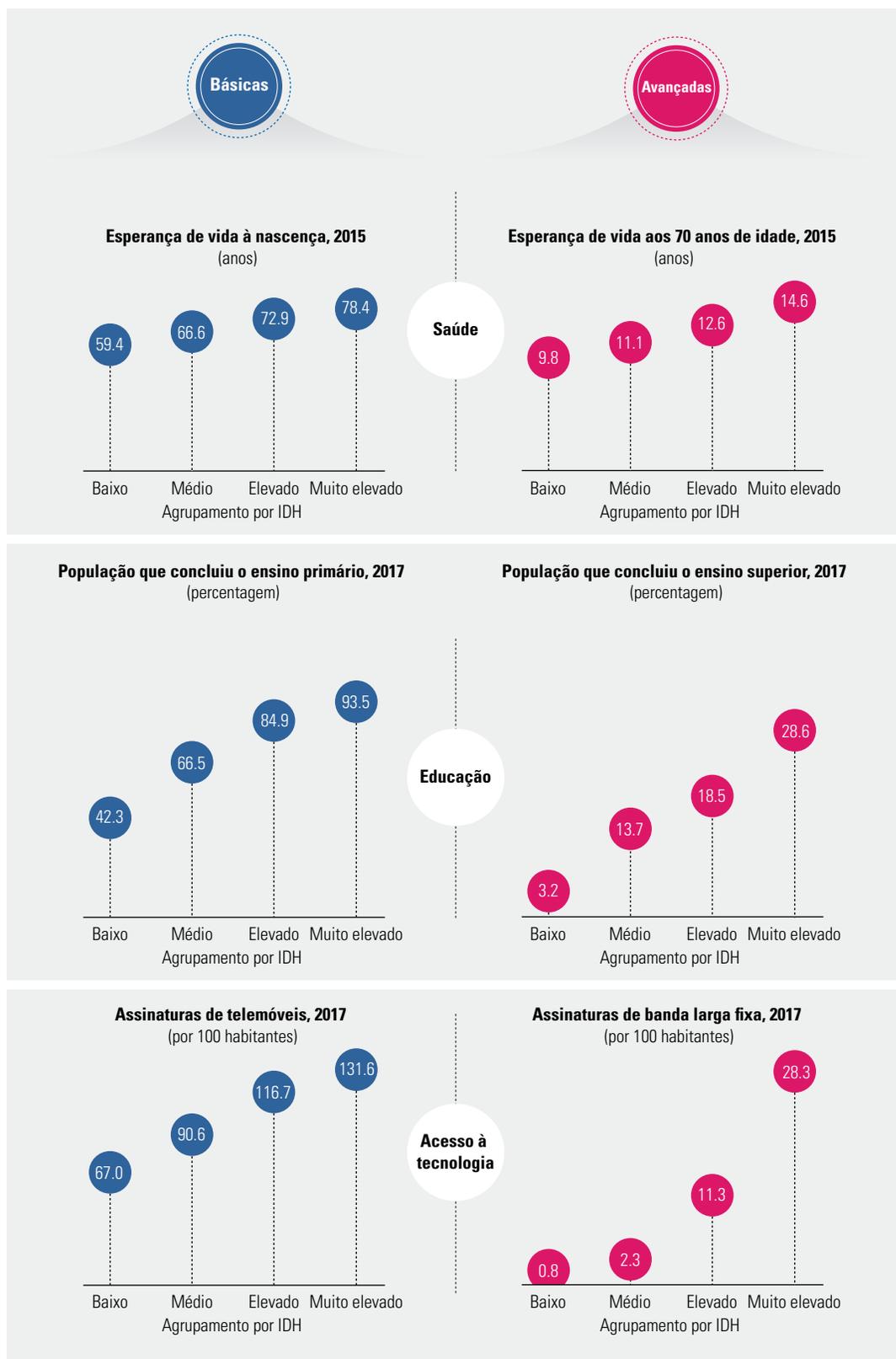
À medida que nos aproximamos da década de 2020, um novo conjunto de capacidades está a tornar-se fundamental para a vida no século XXI. As desigualdades no domínio destas capacidades avançadas revelam dinâmicas marcadamente distintas das que se verificam nas capacidades básicas. Estão na raiz de uma nova geração de desigualdades.

As desigualdades relativas a algumas das capacidades básicas têm-se estreitado, lentamente, na maioria dos países, embora ainda haja muito por fazer. Tanto a esperança de vida à nascença quanto a percentagem da população que concluiu o ensino primário e as

As desigualdades relativas a algumas das capacidades básicas têm-se estreitado, lentamente, na maioria dos países, embora ainda haja muito por fazer. Tanto a esperança de vida à nascença quanto a percentagem da população que concluiu o ensino primário e as assinaturas de telemóveis evidenciam o estreitamento das desigualdades, de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano

FIGURA 6

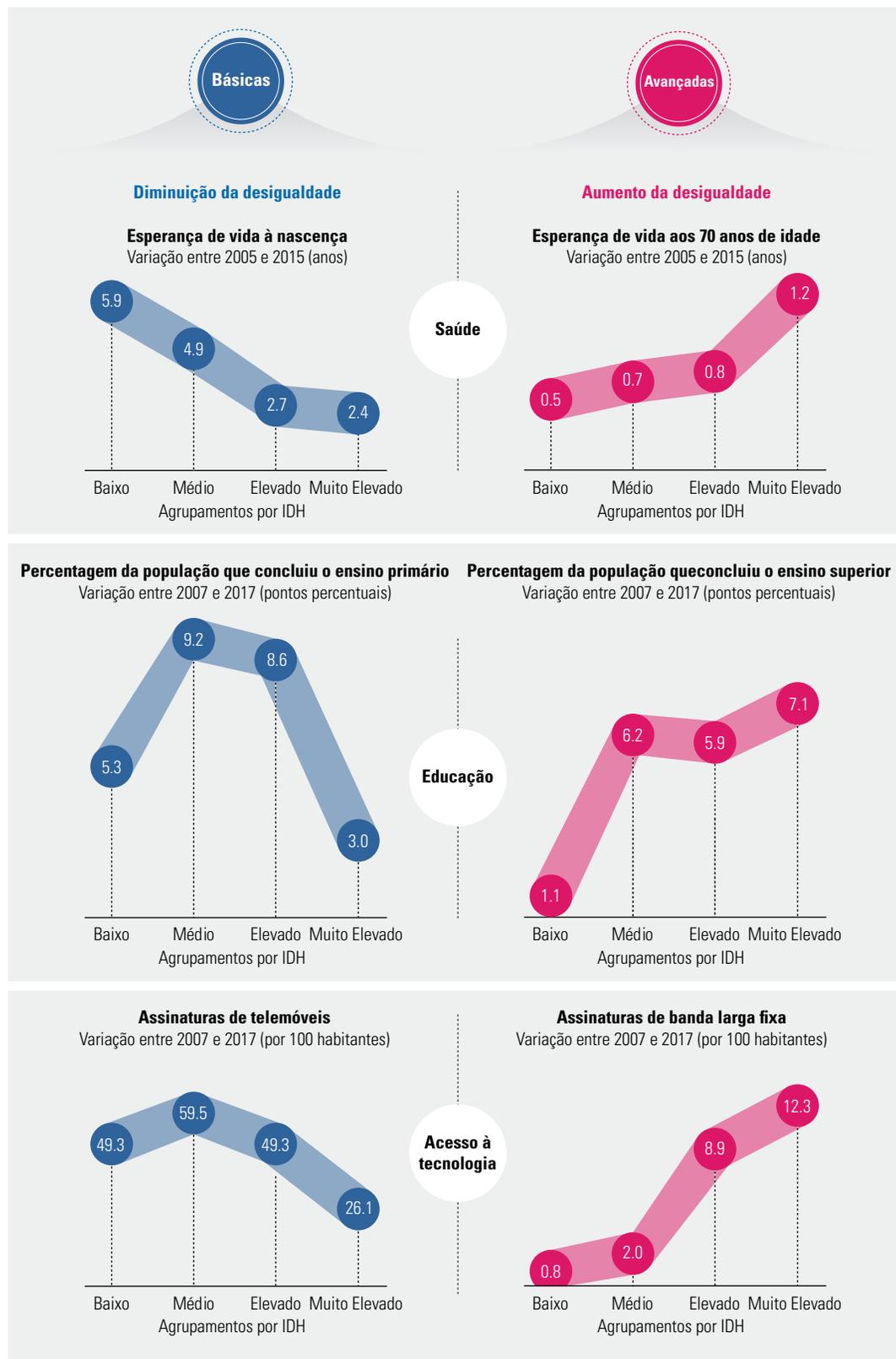
De forma transversal aos países, o mundo permanece profundamente desigual quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

FIGURA 7

Convergência lenta das capacidades básicas, divergência rápida das capacidades avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

As desigualdades chegam a começar antes do nascimento, além de que muitas das disparidades podem agravar-se ao longo da vida. Quando isso acontece, pode levar a desigualdades persistentes

assinaturas de telemóveis evidenciam o estreitamento das desigualdades, de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano (figura 7). As pessoas na base estão a progredir a um ritmo mais acelerado do que os escalões superiores. Os ganhos ao nível da esperança de vida à nascença entre 2005 e 2015, no caso dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, quase atingiram o triplo dos registados nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, estimulados pela redução das taxas de mortalidade infantil nos países em vias de desenvolvimento. Além disso, os países com um grau inferior de desenvolvimento humano estão a convergir no tocante ao ensino primário e ao acesso a telemóveis.

Há, contudo, duas ressalvas a fazer quanto a estas boas notícias. Em primeiro lugar, apesar do progresso, o mundo não está em vias de erradicar as privações extremas no campo da saúde e da educação até 2030, visto que ainda se estima que, todos os anos, morram 3 milhões de crianças com idades inferiores a 5 anos (pelo menos 850.000 acima da meta traçada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e que 225 milhões de crianças abandonem a escolaridade. Em segundo lugar, as discrepâncias estão a diminuir, em

parte, porque as pessoas no topo têm pouca margem para continuarem a progredir.

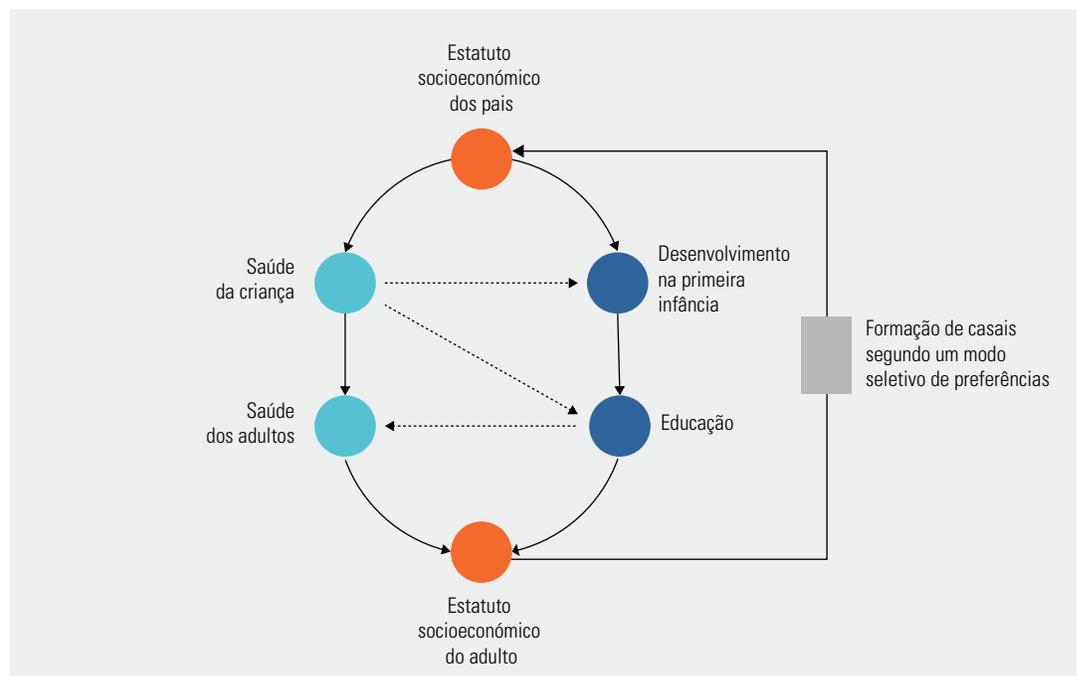
Diferentemente, as desigualdades no domínio das capacidades avançadas estão a agravar-se. Por exemplo, apesar dos desafios no tocante aos dados, as estimativas apontam para ganhos ao nível da esperança de vida aos 70 anos, entre 1995 e 2015, duas vezes superiores nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, em relação aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano.

Existem elementos que demonstram a presença do mesmo padrão de divergência num vasto leque de capacidades avançadas. De facto, as divergências no acesso a um conhecimento mais avançado e à tecnologia são ainda mais vincadas. A proporção da população adulta com um grau de ensino superior, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, está a aumentar a um ritmo mais do que seis vezes superior ao dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano e as assinaturas de banda larga fixa, a uma velocidade 15 vezes maior.

Estas novas desigualdades — quer entre países quer dentro de cada país — têm um impacto tremendo. Dando forma às sociedades do século XXI, estão a dilatar as fronteiras no domínio da saúde e da

FIGURA 8

Educação e saúde ao longo do ciclo de vida



Nota: Os círculos representam as diferentes fases do ciclo de vida, sendo que os laranja correspondem aos resultados finais. O retângulo representa o processo de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências. As linhas tracejadas referem-se às interações que não são descritas em detalhe. A saúde de uma criança afeta o desenvolvimento na primeira infância e as perspetivas educativas. Por exemplo, uma criança portadora de deficiências cognitivas não poderá usufruir do desenvolvimento na primeira infância nem das oportunidades educativas do mesmo modo que uma criança saudável. A educação também pode promover um estilo de vida saudável e transmitir informações sobre como recorrer a um determinado sistema de saúde em caso de necessidade (Cutler e Lleras-Muney 2010). Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, adaptado de Deaton (2013a).

longevidade, do conhecimento e da tecnologia. São, provavelmente, estas desigualdades que determinarão se as pessoas serão capazes de tirar partido das oportunidades do século XXI, de se ajustar à economia do conhecimento e de lidar com as alterações climáticas.

Mensagem principal 3: As desigualdades acumulam-se ao longo da vida, refletindo, com frequência, desequilíbrios profundos de poder

Compreender a desigualdade — incluindo a desigualdade de rendimento — significa apreender os processos subjacentes que conduzem à mesma. Os diferentes tipos de desigualdade interagem, ao passo que a sua dimensão e o seu impacto se alteram ao longo da vida das pessoas. O corolário deste facto consiste na insuficiência de uma transferência mecânica de rendimentos para a formulação de políticas que combatam a desigualdade económica. É, frequentemente, necessário que as mesmas contemplem as normas sociais, as políticas e as instituições profundamente enraizadas na história.

Desvantagens ao longo da vida

As desigualdades podem começar antes do nascimento, sendo que muitas das disparidades podem agravar-se ao longo da vida. Quando isso acontece, pode levar a desigualdades persistentes. Isto pode acontecer de variadas formas, em especial nas inter-relações entre a saúde, a educação e o estatuto socioeconómico dos pais (figura 8).

Os rendimentos e as circunstâncias dos pais afetam a saúde, a educação e os rendimentos dos respetivos filhos. Os gradientes da saúde — as disparidades neste domínio entre grupos socioeconómicos — têm, frequentemente, início antes do nascimento e podem acumular-se, pelo menos, até à idade adulta, se não forem contrabalançados. As crianças nascidas no seio de famílias com baixos rendimentos são mais suscetíveis a problemas de saúde e a terem um grau inferior de escolaridade. As que possuem um nível inferior de instrução têm uma menor probabilidade de auferir rendimentos idênticos aos das restantes, enquanto as crianças com uma saúde mais frágil apresentam uma maior propensão para o absentismo escolar. Além disso, se, já na idade adulta, tiverem uma relação com alguém que possua um estatuto socioeconómico semelhante (como é, com frequência, o caso em fenómenos de formação de casais segundo um modo seletivo de

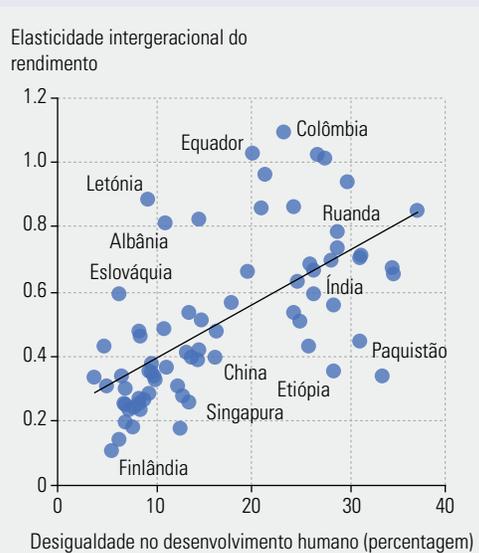
CAIXA 1

Uma nova abordagem da Curva do “Grande Gatsby”

A correlação positiva entre uma desigualdade de rendimento superior e uma menor mobilidade intergeracional ao nível do rendimento é bem conhecida. Esta relação, apelidada de Curva do “Grande Gatsby”, também se verifica caso se utilize um indicador da desigualdade no desenvolvimento humano e não apenas da desigualdade de rendimento (ver figura). Quanto maior for a desigualdade no desenvolvimento humano, menor será a mobilidade intergeracional ao nível do rendimento — e vice-versa.

Estes dois fatores caminham lado a lado, embora isso não signifique que um é a causa do outro. Na verdade, é mais provável que ambos sejam impulsionados por fatores económicos e sociais subjacentes, pelo que compreender e lidar com estes últimos pode, simultaneamente, promover a mobilidade e corrigir a desigualdade.

A mobilidade intergeracional do rendimento é inferior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano



Nota: A desigualdade no desenvolvimento humano é medida pela perda percentual no valor do Índice de Desenvolvimento Humano devida à desigualdade em três componentes: rendimento, educação e saúde.

Quanto maior for a elasticidade do rendimento intergeracional, mais forte será a associação entre o rendimento dos pais e o dos filhos, refletindo uma menor mobilidade intergeracional.

Fonte: Gabinete de Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando dados da GDIM (2018), adaptado de Corak (2013).

preferências), as desigualdades entre gerações poderão persistir.

Este ciclo pode ser difícil de romper, muito por causa das formas de evolução conjunta da desigualdade de rendimento e do poder político. Quando as pessoas com uma maior riqueza moldam políticas em proveito próprio e dos seus descendentes — o que sucede com frequência — podem, ao fazê-lo, reproduzir a acumulação de rendimentos e oportunidades no topo. Não é, por isso, surpreendente que a mobilidade social tenda a ser menor nas sociedades mais desiguais. Ainda assim, algumas sociedades apresentam uma mobilidade superior à de outras — pelo que as instituições e políticas

importam — porque o que tende a reduzir as desigualdades fomenta, em simultâneo, a mobilidade social (caixa 1).

Desequilíbrios de poder

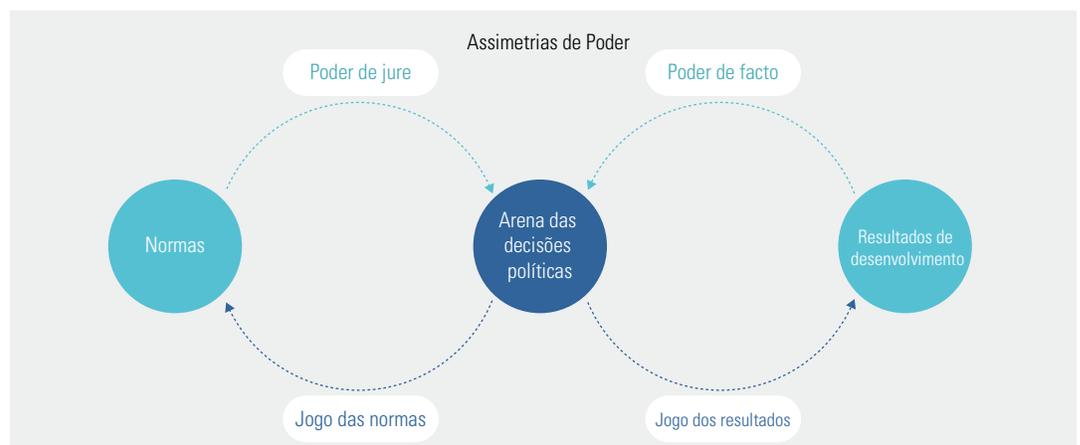
As desigualdades de rendimento e de riqueza traduzem-se, não raro, em desigualdade política, em parte porque as desigualdades desincentivam a participação política, conferindo aos grupos de interesses particulares uma maior margem de manobra para influenciarem as decisões em seu proveito. As pessoas mais privilegiadas podem capturar o sistema, ajustando-o de modo a corresponder às suas preferências, conduzindo, potencialmente, a um número ainda maior de desigualdades. As assimetrias de poder, inclusivamente, podem levar ao colapso das funções institucionais, prejudicando a eficácia das políticas. A captura das instituições pelos mais prósperos faz com que os cidadãos estejam menos dispostos a tomar parte nos contratos sociais (os conjuntos de normas e expectativas comportamentais voluntariamente acatadas pelas pessoas que estão na base das sociedades estáveis). Quando este fenómeno se manifesta num menor cumprimento dos deveres tributários, isso enfraquece a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos de qualidade. Este facto, por sua vez, pode levar a um agravamento das desigualdades ao nível da saúde e da educação. Quando o sistema, na sua generalidade, é visto como injusto, devido, possivelmente, a exclusões ou clientelismos sistemáticos (a prestação de apoio político em troca de ganhos pessoais), as pessoas tendem a retirar-se dos processos políticos, incrementando a influência das elites.

Uma forma de compreender a interação entre a desigualdade e as dinâmicas do poder consiste na criação de um quadro que explique a forma como as desigualdades são geradas e perpetuadas. No seu âmbito, este processo é frequentemente apelidado de governação — ou o modo como diferentes agentes sociais negociam para chegarem a acordos (políticas e regras). Quando estes acordos assumem a forma de políticas, podem alterar diretamente a distribuição dos recursos numa sociedade (a seta na porção inferior do ciclo direito da figura 9, “jogo dos resultados”). Por exemplo, as políticas relativas à fiscalidade e às despesas sociais determinam quem paga pelo sistema orçamental e quem beneficia do mesmo. Estas políticas influenciam diretamente os resultados ao nível do desenvolvimento, tais como a desigualdade económica (e o crescimento). No entanto, ao redistribuir os recursos económicos, estas políticas também redistribuem o poder de facto (a seta na porção superior do ciclo direito da figura 9). Este facto pode gerar (ou reforçar) assimetrias de poder entre os agentes negociadores na arena das decisões políticas, o que, por sua vez, pode ter efeitos adversos sobre a sua implementação. Por exemplo, as assimetrias de poder podem manifestar-se na captura das políticas por agentes da elite — minando a capacidade dos governos de se comprometerem com a consecução de objetivos a longo prazo. Em alternativa, podem manifestar-se através da exclusão de certos grupos populacionais do acesso a serviços públicos de elevada qualidade — minando a cooperação ao prejudicarem a predisposição para pagar impostos. Isto pode conduzir a um círculo vicioso de desigualdade (armadilhas de desigualdade), em que as sociedades desiguais começam a institucionalizar a

Por toda a parte, as disparidades de género estão entre as formas mais enraizadas de desigualdade. Uma vez que estas desvantagens afetam metade do mundo, a desigualdade de género é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano

FIGURA 9

Desigualdades, assimetrias de poder e a eficácia da governação



Nota: Regras refere-se a regras formais e informais (normas). Resultados ao nível do desenvolvimento refere-se à segurança, ao crescimento e à equidade. Fonte: Banco Mundial 2017b.

desigualdade. Este ciclo desenvolve-se nas instituições e normas sociais vigentes (o jogo dos resultados) e pode levar a que os agentes decidam alterar as regras do jogo (a seta na porção inferior do ciclo esquerdo da figura 9). Deste modo, o poder de jure também é redistribuído. Este fenómeno pode ter consequências bem mais importantes, uma vez que não altera apenas os resultados presentes, como também estabelece as condições que moldam o futuro comportamento dos agentes. Uma vez mais, o modo como as assimetrias de poder influenciam a arena das decisões políticas pode exacerbar e solidificar as desigualdades (é evidente que a desigualdade pode prejudicar a eficácia da governação) ou abrir caminho a dinâmicas mais igualitárias e inclusivas.

Desigualdade de género

Alguns grupos de pessoas são sistematicamente desprivilegiados, de diversas formas. Estes grupos podem definir-se pela etnia, pela língua, pelo género ou pela casta — ou, simplesmente, pelo facto de residirem no norte, sul, este ou oeste de um país. Existem muitos exemplos de tais grupos, mas, a nível mundial, o maior é, sem dúvida, o das mulheres. Por toda a parte, as disparidades de género estão entre as formas mais enraizadas de desigualdade. Uma vez que estas desvantagens afetam metade do mundo, a desigualdade de género é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano.

A desigualdade de género é complexa, com progressos e retrocessos distintos de um lugar para outro e consoante o assunto. O grau de sensibilização aumentou através do movimento #MeToo ou do movimento

#NiUnaMenos, que chamaram a atenção para a violência contra as mulheres. Além disso, em todo o mundo, as raparigas têm progredido em algumas áreas básicas, como a matrícula no ensino primário.

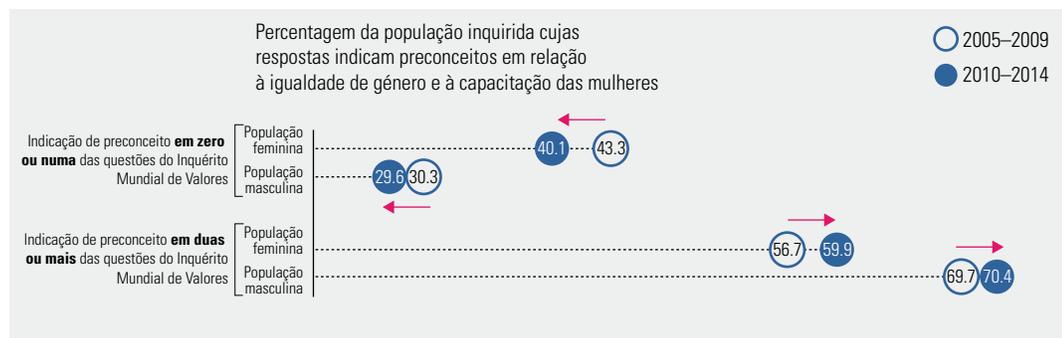
Existem, porém, menos motivos para celebrar no que toca ao progresso além destas questões básicas. A desigualdade ainda é acentuada na divisão do poder que os homens e as mulheres exercem no lar, no local de trabalho ou na política. Em casa, as mulheres efetuam mais do que o triplo do trabalho não remunerado de prestação de cuidados do que os homens. Apesar de, em muitos países, as mulheres e os homens terem as mesmas condições para exercer o direito de voto, há assimetrias nas mais altas esferas do poder político. Quanto maior o poder, mais profunda a divergência da paridade, que se eleva a 90 por cento no caso dos chefes de Estado e de governo.

As normas sociais e culturais favorecem, com frequência, comportamentos que perpetuam estas desigualdades. Quer as normas quer a falta de poder têm impacto sobre todas as formas de desigualdade de género, desde a violência contra as mulheres até ao teto de vidro. O Relatório apresenta um novo índice de normas sociais que examina as ligações entre as convicções sociais e a igualdade de género, em múltiplas dimensões. A nível global, apenas 1 em cada 10 homens (e 1 em cada 7 mulheres) não apresentaram qualquer forma de preconceito claro contra a igualdade de género. Os preconceitos seguem um padrão: tendem a ser mais intensos em áreas onde há mais poder em jogo. Existe, ainda, uma reação adversa, visto que a proporção de pessoas com preconceitos contra a igualdade

Os padrões e as práticas existentes de medição da desigualdade são inadequados para informar o debate público ou apoiar a tomada de decisões

FIGURA 10

O preconceito contra a igualdade de género está a aumentar: A percentagem de mulheres e homens, à escala mundial, sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu entre 2009 e 2014



Nota: Painel equilibrado de 32 países e territórios, com dados quer da 5.ª edição (2005–2009) quer da 6.ª edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 59 por cento da população mundial. Os preconceitos de género das normas sociais são medidos através das opiniões das pessoas acerca dos papéis em função do género na política (desde os direitos políticos até à qualificação para a liderança), na educação (importância de um grau académico), na economia (desde o direito ao trabalho até à capacidade para exercer funções executivas) e quanto à integridade física das mulheres (desde a violência em relações íntimas até à saúde reprodutiva). Fonte: Com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

de género cresceu nos últimos anos (figura 10), embora os padrões sejam distintos entre os países.

Mensagem principal 4: A avaliação e a resposta às desigualdades no desenvolvimento humano exige uma revolução nas métricas

Os padrões e as práticas existentes de medição da desigualdade são inadequados para informar o debate público ou apoiar a tomada de decisões.

Uma parte do desafio consiste no enorme número de modos de compreender a desigualdade. Passamos a destacar alguns:

- Existem desigualdades entre grupos (desigualdades horizontais) e entre indivíduos (desigualdades verticais).
- Existem desigualdades entre países e no seio dos mesmos, que podem ter diversas dinâmicas.
- Existem desigualdades dentro do mesmo domicílio (por exemplo, em 30 países subsarianos, cerca de três quartos das mulheres com um peso insuficiente e das crianças malnutridas não se encontram nos agregados familiares dos 20 percentis mais pobres e cerca de metade não pertencem aos 40 por cento mais pobres).

É necessária uma nova geração de métricas para preencher as muitas lacunas dos dados, de forma a medir estas diversas desigualdades e, de um modo mais geral, ir sistematicamente além das médias. Este processo tem início nas lacunas de algumas das estatísticas mais básicas, faltando ainda sistemas essenciais de registo em muitos países em vias de desenvolvimento. No tocante ao rendimento e às desigualdades na riqueza, o progresso, ao longo dos últimos anos, tem sido notável. Contudo, os dados permanecem escassos, devido, em parte, à falta de transparência e à reduzida disponibilidade das informações. Num novo índice apresentado no Relatório, 88 países obtiveram uma pontuação igual ou inferior a 1 (numa escala de 20 pontos), quanto à disponibilidade de informações acerca do rendimento e das desigualdades em termos de riqueza — o que significa que possuem 5 por cento ou menos daquele que seria o nível ideal de transparência.

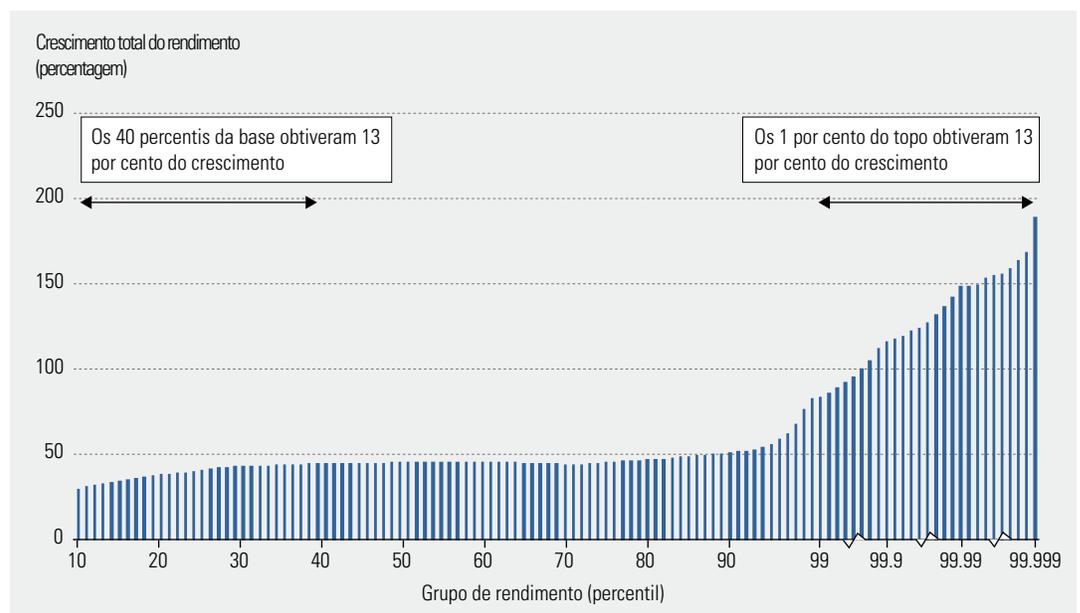
Estão em curso trabalhos inovadores — alguns experimentais — dirigidos por académicos, organizações multilaterais e até alguns governos, com vista a uma utilização mais sistemática e comparável das estatísticas relativas à desigualdade de rendimento. Apesar disso, as fontes de dados ainda só estão parcialmente integradas e o seu âmbito permanece muito limitado.

A metodologia das contas nacionais distributivas ainda está a dar os primeiros passos e muitas das suas

Não há nada de inevitável em muitas das desigualdades mais perniciosas ao nível do desenvolvimento humano. Esta é, em termos individuais, a mensagem mais importante do Relatório

FIGURA 11

Entre 1980 e 2017, o rendimento depois de impostos aumentou quase 40% no caso dos 80% mais pobres da população europeia, em comparação com mais de 180% no caso dos 0,001% no topo



Nota: Após o 90.º percentil, a escala do eixo horizontal altera-se. A composição das faixas de rendimento mudou entre 1980 e 2017, pelo que as estimativas não representam as alterações do rendimento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo.
 Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019); World Inequality Database (<http://WID.world>).

premissas foram postas em causa. Ainda assim, enquanto permanecer inteiramente transparente e continuar a ser melhorada, pode incorporar, numa agenda englobante, a combinação dos dados do Sistema de Contas Nacionais, dos inquéritos às famílias e dos dados administrativos, de forma a proporcionar novas perspetivas da evolução da distribuição do rendimento e da riqueza. Este quadro abrangeria algumas das principais recomendações da Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress), incluindo um enfoque integrado no rendimento e nas desigualdades ao nível da riqueza. O Relatório apresenta resultados, com base na referida metodologia, que revelam dinâmicas da desigualdade de rendimento mascaradas pela utilização de indicadores sumários assentes numa única fonte de dados. A título de exemplo, os resultados sugerem que o topo da distribuição do rendimento, na Europa, foi o principal beneficiário do crescimento do rendimento desde 1980 (figura 11).

Os indicadores sumários de desigualdade agregam informações complexas num só número. Baseiam-se em juízos implícitos acerca das formas de desigualdade que são — ou não — importantes. Tais juízos raramente são transparentes e podem nem sequer refletir os pontos de vista da sociedade. Para compreender qualquer aspeto individual da desigualdade — e são muitos — devemos debruçar-nos sobre a totalidade da população, indo além das médias. Que percentagem das pessoas sobrevive até determinadas idades, atinge níveis fundamentais de instrução ou auferem um certo rendimento? E qual é a probabilidade de a posição relativa de um indivíduo, de uma família ou de um

grupo específico na sociedade sofrer alterações ao longo do tempo? Os indicadores sumários permanecem importantes — quando são o reflexo de propriedades compatíveis com a avaliação das distribuições — mas não passam de uma pequena janela para uma discussão mais ampla em torno das desigualdades no desenvolvimento humano.

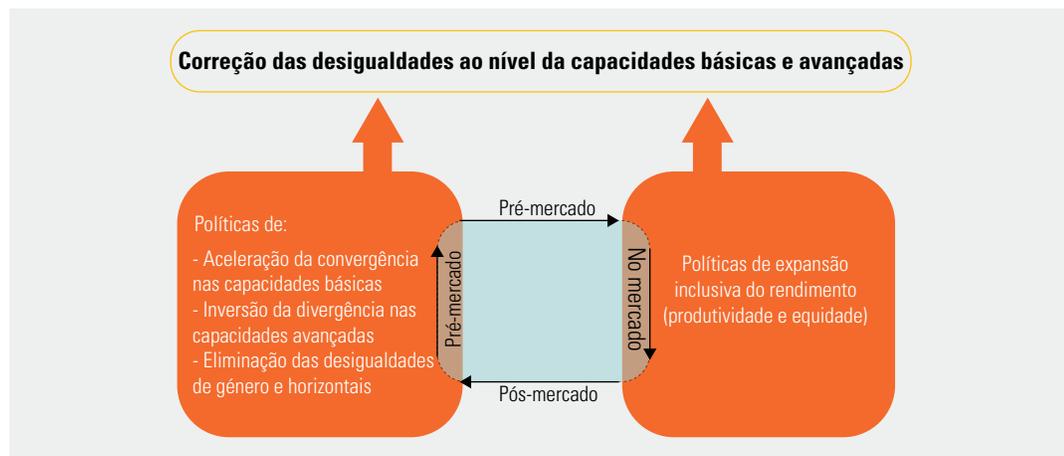
Mensagem principal 5: Podemos corrigir as desigualdades se agirmos já, antes que os desequilíbrios no poder económico se consolidem politicamente

Não há nada de inevitável em muitas das desigualdades mais perniciosas ao nível do desenvolvimento humano. Esta é a mensagem mais importante do Relatório. Cada sociedade tem uma série de escolhas quanto aos níveis e espécies de desigualdade que tolera. Tal não significa que o combate à desigualdade seja uma tarefa fácil. Uma ação eficaz deve identificar os fatores por detrás da desigualdade, que são, provavelmente, complexos e multifacetados, frequentemente relacionados com as estruturas de poder em vigor, que as pessoas atualmente prevalecentes poderão não pretender alterar.

Porém, o que fazer? Há muitas formas de corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano, através de políticas com caráter dualista. O primeiro é a aceleração da convergência nas capacidades básicas, invertendo, concomitantemente, a divergência ao nível das capacidades avançadas e eliminando as desigualdades assentes no género e noutras filiações (ou horizontais). Em segundo lugar, a promoção simultânea da equidade e

FIGURA 12

Um quadro para a conceção de políticas de correção das desigualdades no desenvolvimento humano

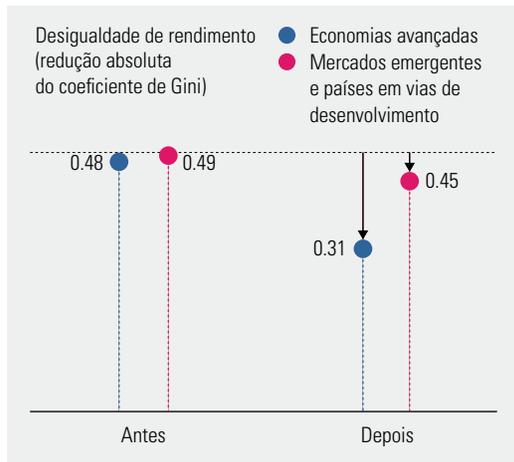


Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

É frequentemente possível alcançar o progresso, em simultâneo, da equidade e da eficiência

FIGURA 13

As transferências e os impostos redistributivos diretos explicam, quase na totalidade, a diferença entre a desigualdade de rendimento nas economias avançadas e emergentes



Fonte: Com base em FMI (2017a).

da eficiência nos mercados, incrementando a produtividade, o que se traduz em rendimentos crescentes e amplamente partilhados — corrigindo a desigualdade de rendimento. Os dois conjuntos de políticas são interdependentes; as que visam o progresso das capacidades além do rendimento exigem, frequentemente, recursos para sustentar as áreas da saúde ou educação públicas, financiadas pelos impostos. Além disso, os recursos gerais disponíveis estão, por sua vez, associados à produtividade, ligada, em parte, às capacidades das pessoas. Os dois conjuntos de políticas podem, assim, funcionar em simultâneo num círculo virtuoso de políticas (figura 12).

É, frequentemente possível alcançar o progresso, ao mesmo tempo, da equidade e da eficiência. As políticas antimonopólio são um exemplo. Restringem a capacidade das empresas de recorrer ao seu poder sobre o mercado, promovendo a igualdade de condições e aumentando a eficiência. Conduzem, de resto, a resultados mais equitativos, ao reduzirem as rendas económicas que accentuam a concentração do rendimento.

Uma série integrada de políticas, para além de qualquer solução mágica

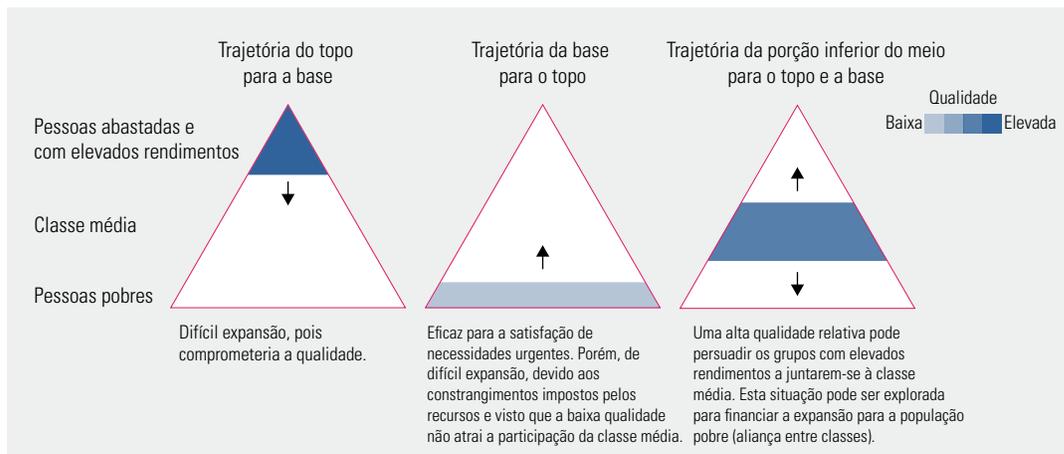
Os impostos — quer incidam sobre o rendimento, a riqueza ou o consumo — podem fazer muito pela correção das desigualdades. Permitem a arrecadação de receitas para a melhoria de serviços públicos fundamentais (cuidados de saúde e escolas) e a oferta de prestações sociais — beneficiando quer as pessoas desfavorecidas quer as que se situam nos escalões intermédios da distribuição do rendimento.

A desigualdade de rendimento decresce após o pagamento de impostos e as transferências estatais, embora o impacto da redistribuição seja variável. Numa seleção de países desenvolvidos, os impostos e as transferências levaram a uma redução em 17 pontos do coeficiente de Gini, comparando os rendimentos antes e depois do pagamento de impostos. No entanto, nos países em vias de desenvolvimento, a redução foi de apenas 4 pontos (figura 13).

É, contudo, igualmente importante ir além da tributação e das transferências (políticas pós-mercado), corrigindo também as desigualdades no contexto laboral (políticas no mercado) e antes do início da carreira (políticas pré-mercado).

FIGURA 14

Estratégias para o universalismo prático nos países em vias de desenvolvimento desiguais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na discussão in Martínez e Sánchez-Ancochea (2016).

As políticas no mercado podem equilibrar o campo económico. As políticas relativas ao poder sobre o mercado (antimonopólio), inclusive o acesso ao capital produtivo, a negociação de contratos coletivos e os salários mínimos afetam o modo de distribuição dos benefícios da produção. As políticas pré-mercado destinadas a igualar as oportunidades, na área da saúde e da educação, durante a infância são igualmente relevantes — assim como as políticas pós-mercado, tais como os impostos sobre o rendimento e a riqueza, as transferências públicas e a proteção social. Uma das claras funções das políticas pré-mercado diz respeito à primeira infância, durante a qual as intervenções que visam a redução das desigualdades podem apoiar o desenvolvimento ao nível da saúde, da nutrição e cognitivo, gerando um grande retorno sobre o investimento feito. Tal não significa que todas as boas políticas possam reduzir a desigualdade e melhorar o bem-estar social — conforme se observou anteriormente, processos como a difusão das novas tecnologias e as realizações ao nível do desenvolvimento humano em vastos segmentos da sociedade podem levar ao aumento da desigualdade. O que importa é saber se o processo causador de desigualdade é, em si, de algum modo preconceituoso ou injusto.

Criar incentivos à mudança

Ainda que haja recursos disponíveis para encetar uma agenda de convergência quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas, a redução das desigualdades é, em última análise, uma opção social e política. A história, o contexto e a política importam. É difícil alterar as normas sociais que podem levar à discriminação. Mesmo com uma legislação que estabeleça direitos iguais, as normas sociais podem prevalecer na determinação dos resultados. A análise que o Relatório faz da desigualdade de género evidencia que as reações se tornam mais intensas em áreas onde está em causa mais poder, o que pode culminar numa reação adversa aos próprios princípios da igualdade de género. As políticas de combate explícito aos estereótipos e à estigmatização de grupos excluídos são uma parte importante do conjunto de ferramentas de redução das desigualdades.

A economia política do combate à desigualdade pode ser particularmente desafiante. No caso dos serviços públicos, as mudanças podem partir do topo para a base, alargando os benefícios usufruídos pelas pessoas no topo às restantes (figura 14). Porém, os que já são beneficiados poderão ter poucos incentivos para o alargamento dos serviços

se isso for associado a uma redução da qualidade. A mudança também pode partir da base para o topo, aumentando o limiar mínimo do rendimento abaixo do qual uma família passa a ser abrangida por serviços públicos gratuitos ou comparticipados, por exemplo. Os grupos com rendimentos superiores podem, no entanto, resistir a estas alterações se raramente utilizarem tais serviços. Uma terceira abordagem consiste em partir do meio — caso em que um sistema abrange as pessoas que, não sendo as mais pobres, são as mais vulneráveis, tais como os trabalhadores formais que auferem baixos salários. Neste caso, a cobertura pode ser alargada tanto ao topo quanto à base. À medida que a qualidade do serviço aumenta, torna-se provável que os grupos com maiores rendimentos pretendam participar, ampliando o apoio ao alargamento dos serviços às pessoas desfavorecidas.

Nos países desenvolvidos, um dos desafios à manutenção das políticas sociais consiste em assegurar que beneficiem uma base alargada, incluindo as classes médias. Porém, tais benefícios podem estar a ser erodidos. Em vários países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, os membros da classe média consideram ter sido deixados cada vez mais para trás, no tocante ao rendimento, à segurança e ao acesso económico a serviços de saúde e educação de qualidade.

Nos países em vias de desenvolvimento, o desafio consiste, frequentemente, em consolidar as políticas sociais destinadas a uma classe média que continua vulnerável. Nalguns destes países, os membros da classe média pagam mais pelos serviços sociais do que recebem e, não raro, consideram a qualidade dos cuidados de saúde e da educação fraca. Voltam-se, deste modo, para os prestadores privados: A percentagem de estudantes inscritos em escolas privadas no ensino primário, nalguns destes países, aumentou de 12 por cento, em 1990, para 19 por cento, em 2014.

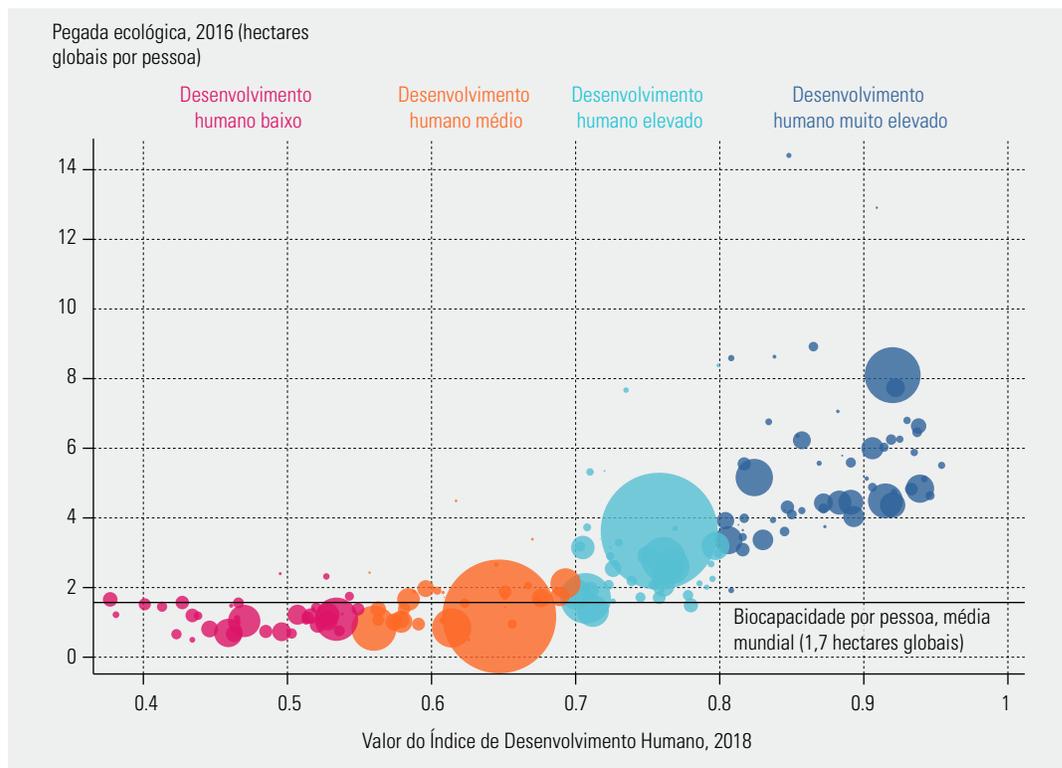
A apropriação dos recursos das pessoas que ocupam o topo seria uma resposta natural. No entanto, os mais abastados, embora em número reduzido, podem ser um obstáculo à expansão dos serviços. Além disso, podem gorar as medidas tomadas de variadas formas, através de lóbis e donativos a campanhas políticas, influenciando a imprensa e servindo-se do seu poder económico de outras formas, como resposta a decisões que lhes desagradam.

A globalização significa que o âmbito das políticas nacionais é, frequentemente, circunscrito por entidades, normas e eventos que escapam ao controlo

A análise que o Relatório faz da desigualdade de género evidencia que as reações se tornam mais intensas em áreas onde está em causa mais poder, o que pode culminar numa reação adversa aos próprios princípios da igualdade de género

FIGURA 15

A Pegada Ecológica aumenta com o desenvolvimento humano



Nota: Os dados abrangem 175 países constantes da base de dados da Global Ecological Footprint Network (www.footprintnetwork.org/resources/data/; acessado em 17 de julho de 2018). A pegada ecológica consiste na utilização per capita de terras agrícolas e pastagens, quer internamente quer no estrangeiro. Cada bolha representa um país e o tamanho da bolha é proporcional à respetiva população.
Fonte: Cumming e von Cramon-Taubadel 2018.

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspetivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — ajudando à transição para medidas concretas

dos governos nacionais, com pressões restritivas generalizadas no tocante aos escalões do imposto sobre o rendimento coletivo e às normas laborais. A evasão e a fraude fiscal são facilitadas pela insuficiência da informação, pela ascensão de grandes empresas digitais com atividades em vários ordenamentos fiscais e por uma cooperação judiciária internacional inadequada. Nestes domínios legislativos, a ação coletiva internacional deve complementar a ação nacional.

Qual é o próximo destino?

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspetivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — ajudando à transição para medidas concretas. Contudo, as oportunidades para o combate às desigualdades no desenvolvimento humano não param de diminuir, à medida que a inação prevalece, pois os desequilíbrios no poder económico podem, com o tempo, traduzir-se no domínio político.

E isso, por seu turno, pode gerar mais desigualdades. Nessa etapa, as intervenções são bem mais difíceis e menos eficazes do que seriam se tivessem sido tomadas anteriormente. As medidas, evidentemente, dependem de cada contexto. O cariz e a importância relativa das desigualdades variam de um país para outro — tal como deveria ser o caso das políticas que visam combatê-las. Essencialmente do mesmo modo que não existe uma solução mágica para resolver as desigualdades no interior de um país, também não existe um modelo uniforme de políticas para combater as desigualdades entre os países. Ainda assim, em todos os países, as políticas terão de fazer face a duas tendências que têm dado forma às desigualdades no desenvolvimento humano, por toda a parte: as alterações climáticas e a aceleração do progresso tecnológico.

Alterações climáticas e desigualdades no desenvolvimento humano

A desigualdade e a crise climática estão interligadas — desde as emissões e os impactos até às políticas

e à resiliência. Os países com um grau superior de desenvolvimento humano emitem, geralmente, mais carbono per capita e apresentam, globalmente, pegadas ecológicas maiores (figura 15).

As alterações climáticas irão prejudicar o desenvolvimento humano de múltiplas formas, para lá da perda de colheitas e das catástrofes naturais. Entre 2030 e 2050, estima-se que as alterações climáticas provoquem 250.000 mortes suplementares por ano, devido à subnutrição, à malária, à diarreia e ao stress térmico. Outras centenas de milhões de pessoas poderão estar expostas a temperaturas mortíferas até 2050 e o alcance geográfico dos vetores de doenças — tais como os mosquitos que transmitem a malária ou o dengue — irá, provavelmente, sofrer alterações e expandir-se.

O impacto global sobre as pessoas dependerá da respetiva exposição e vulnerabilidade. Ambos os fatores estão inter-relacionados com a desigualdade, formando um círculo vicioso. As alterações climáticas atingirão, com maior intensidade e em primeiro

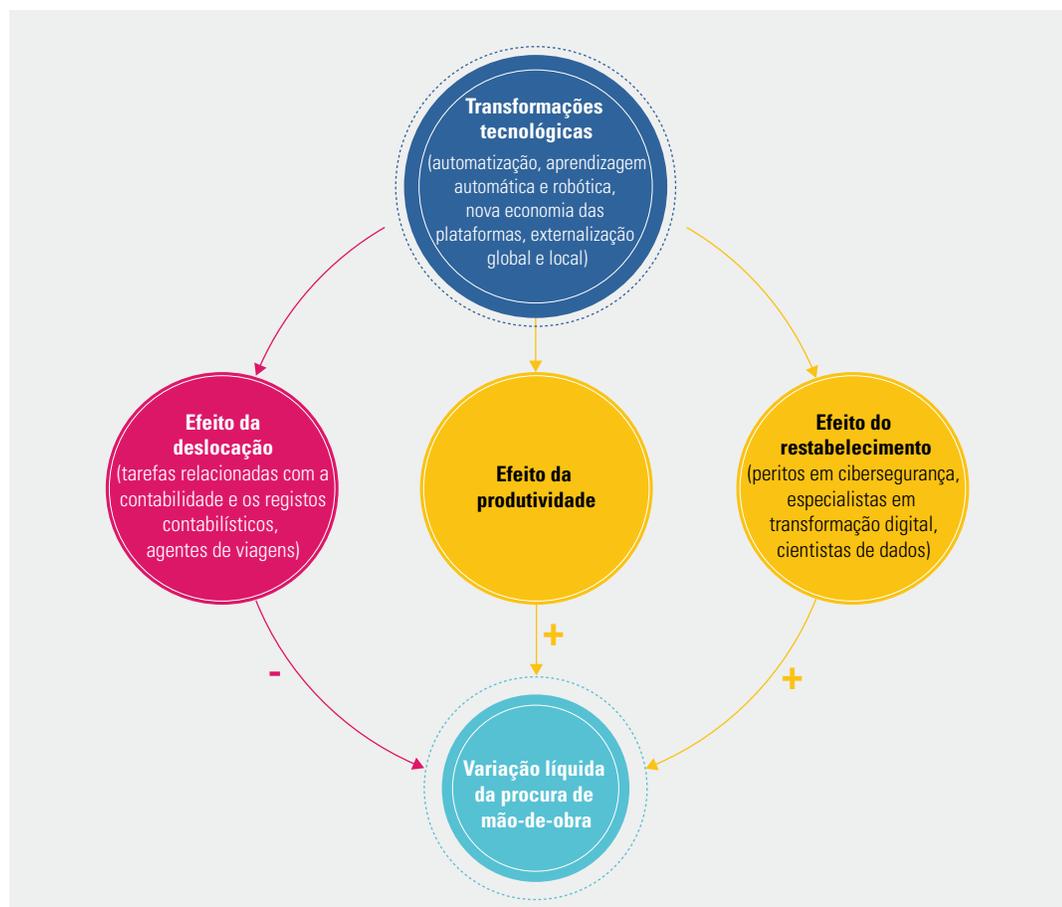
lugar, os trópicos, sendo muitos dos países em vias de desenvolvimento tropicais. Porém, os países em vias de desenvolvimento e as comunidades desfavorecidas têm uma menor capacidade, em relação aos seus homólogos mais abastados, de se adaptarem às alterações climáticas e às condições severas do clima. Os efeitos das alterações climáticas agravam, por isso, as fraturas sociais e económicas já existentes.

Existem, ainda, efeitos no sentido oposto, havendo dados que comprovam que algumas formas de desigualdade poderão dificultar a tomada de medidas em relação ao clima. Uma elevada desigualdade de rendimento no seio dos países pode prejudicar a disseminação de novas tecnologias ecológicas. A desigualdade pode, de igual modo, influenciar o equilíbrio de poder entre os que defendem e os que se opõem à diminuição das emissões de carbono. A concentração do rendimento no topo pode coincidir com os interesses de grupos opostos à adoção de medidas climáticas.

A desigualdade pode influenciar o equilíbrio de poder entre os que defendem e os que se opõem à diminuição das emissões de carbono. A concentração do rendimento no topo pode coincidir com os interesses de grupos opostos à adoção de medidas climáticas

FIGURA 16

A tecnologia pode substituir algumas tarefas, mas também criar outras



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A atual vaga de progresso tecnológico tornará necessárias políticas antimonopólio mais robustas e leis que rejam a utilização ética dos dados e da inteligência artificial

As desigualdades no desenvolvimento humano são cruciais para a crise climática de um outro modo. Retardam a tomada de medidas eficazes, pois uma maior desigualdade tende a tornar a ação coletiva, fundamental para a contenção das alterações climáticas, quer no interior dos países quer entre os mesmos, mais difícil.

Existem, contudo, opções para combater as desigualdades económicas e a crise climática em simultâneo, orientando os países para um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável. A definição de preços para o carbono é uma delas. Alguns dos impactos distributivos inevitáveis dos preços do carbono podem ser solucionados através da prestação de apoio financeiro às pessoas mais pobres, desproporcionalmente atingidas por contas de energia mais elevadas. Tais estratégias, no entanto, enfrentam vários desafios na prática, uma vez que a distribuição do dinheiro não é a única variável a considerar. É igualmente importante ter em conta um conjunto mais amplo de pacotes de políticas sociais que abordem, simultaneamente, as desigualdades e o clima, sem deixarem de promover a concretização dos direitos humanos. Os países e as comunidades têm uma série de escolhas, à medida que elevam as suas ambições quanto a um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável.

Tirar partido do progresso tecnológico para reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano

O progresso científico e a inovação tecnológica — da roda ao microchip — têm proporcionado melhorias nos padrões de vida ao longo da história. De resto, as mudanças tecnológicas permanecerão, provavelmente, o principal fator de prosperidade, impulsionando o aumento da produtividade e, assim se espera, possibilitando a transição para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Qual será, porém, a dimensão das futuras mudanças e de que modo serão distribuídos os proveitos da inovação? Tem havido uma preocupação crescente em torno do modo como as mudanças tecnológicas transformarão os mercados laborais, sobretudo a forma como a automatização e a inteligência artificial poderão vir a substituir as tarefas atualmente desempenhadas por humanos.

As mudanças tecnológicas já foram um fator de perturbação no passado, com o qual se pode aprender imenso. Uma lição fundamental é a garantia de que as principais inovações disruptivas favoreçam todas as pessoas, o que exige políticas igualmente inovadoras e,

eventualmente, novas instituições. A atual vaga de progresso tecnológico tornará outras alterações necessárias, incluindo políticas antimonopólio mais robustas e leis que regulem a utilização ética dos dados e da inteligência artificial. Muitas dessas carecerão da cooperação internacional para serem bem-sucedidas.

A Revolução Industrial lançou a humanidade na senda de melhorias sem precedentes ao nível do bem-estar. Também desencadeou, no entanto, a Grande Divergência, separando as poucas sociedades que se industrializaram das muitas que não o fizeram. A diferença, atualmente, prende-se com o facto de que — quiçá pela primeira vez na história — uma grande parte da tecnologia por detrás da atual transformação pode ser acedida a partir de qualquer lugar. Contudo, as discrepâncias verificadas na capacidade dos países de aproveitarem as novas oportunidades são muito acentuadas, com enormes implicações no domínio da desigualdade e do desenvolvimento humano.

As mudanças tecnológicas não acontecem no vazio, sendo, ao invés, moldadas por processos económicos e sociais. Trata-se de um resultado da ação humana. As pessoas responsáveis pela formulação de políticas podem influenciar o rumo das mudanças tecnológicas por forma a potenciar o desenvolvimento humano. Por exemplo, a inteligência artificial pode vir a substituir tarefas desempenhadas por pessoas, mas também pode reavivar a procura por mão-de-obra, ao criar novas tarefas para os humanos, gerando um efeito globalmente positivo que pode levar à redução das desigualdades (figura 16).

Rumo à redução das desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI

No Relatório, argumentamos que o combate às desigualdades é possível. Porém, não é fácil. Exige a clarificação das desigualdades relevantes para o avanço do desenvolvimento humano e uma melhor compreensão dos padrões de desigualdade e das respetivas forças motrizes. O Relatório insta todas as pessoas a reconhecerem que os atuais indicadores normalizados para a representação da desigualdade são imperfeitos e, frequentemente, enganadores — uma vez que se focam no rendimento, sendo demasiado opacos para esclarecer os mecanismos geradores de desigualdades. Por este motivo, defendemos, no Relatório, o valor da análise das desigualdades além do rendimento, além das médias — e dos indicadores sumários de desigualdade — e além do presente.

Deveria celebrar-se o progresso notável que permitiu a muitas pessoas de todo o mundo alcançarem os padrões mínimos de desenvolvimento humano. Contudo, a mera prossecução das políticas que conduziram a estes sucessos é insuficiente. Algumas pessoas foram deixadas para trás. Ao mesmo tempo, as aspirações de muitas pessoas estão a mudar. O enfoque exclusivo na desigualdade ao nível das capacidades mais básicas é uma atitude míope por parte das sociedades. Olhar além do presente significa sondar o futuro para reconhecer e lidar com as novas formas de desigualdade ao nível das capacidades avançadas, cuja importância tem vindo a aumentar. As alterações climáticas e as transformações tecnológicas estão a agudizar esta urgência.

O combate a estas novas desigualdades pode ter um impacto profundo sobre a formulação de políticas. No Relatório, não afirmamos que um mesmo conjunto de políticas irá resultar em toda a parte. Argumentamos, no entanto, que as políticas devem transpor a superfície da desigualdade, de modo a lidarem com os fatores que lhe subjazem. A abordagem de alguns destes fatores implicará o realinhamento dos atuais objetivos das políticas: enfatizando, por exemplo, uma educação de elevada qualidade em todas as faixas etárias, incluindo ao nível pré-primário, ao invés do foco nas taxas de matrícula no ensino primário e secundário. Muitas destas aspirações já se repercutem na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os desequilíbrios de poder estão no âmago de muitas desigualdades. Podem ser económicos, políticos ou sociais. Exemplificando, as próprias políticas poderão ter de reduzir a influência política desproporcional de um grupo específico. Poderá ser necessário criar condições económicas equitativas, através de medidas antimonopólio que promovam a concorrência em

benefício dos consumidores. Nalguns casos, a remoção das barreiras à igualdade implica lidar com normas sociais profundamente enraizadas na história e na cultura de um país. São muitas as opções que tanto potenciarão a equidade quanto a eficiência — e o principal motivo para a raridade da sua prossecução tem que ver com o poder dos interesses estabelecidos, que têm pouco a ganhar com a mudança.

Assim, embora as políticas sejam importantes para as desigualdades, as desigualdades também o são para as políticas. A ótica do desenvolvimento humano — colocar as pessoas no centro da tomada de decisões — é fulcral para uma nova perspectiva do combate à desigualdade, inquirindo por que motivos e em que ocasiões esta é importante, como se manifesta e qual a melhor forma de lidar com a mesma. Trata-se de uma conversa que cada sociedade deve ter. Trata-se, ainda, de uma conversa que deveria ter início hoje. É certo que a ação pode acarretar um risco político. A história ensina-nos, porém, que os riscos da inação podem ser bem maiores, acabando as desigualdades acentuadas por impelir uma sociedade para tensões económicas, sociais e políticas.

Ainda há tempo para agir. O relógio, no entanto, não para. Compete, em última instância, a cada sociedade determinar o que fazer para solucionar as desigualdades no desenvolvimento humano. Essa determinação advirá de debates políticos porventura tensos e difíceis. O Relatório contribui para esses debates através da apresentação de factos relativos às desigualdades no desenvolvimento humano, da sua interpretação, mediante a abordagem com base nas capacidades, e da proposta de ideias para a redução das mesmas no decurso do século XXI.

Ainda há tempo para agir. O relógio, no entanto, não para. Compete, em última instância, a cada sociedade determinar o que fazer para solucionar as desigualdades no desenvolvimento humano.

Notas

- 1 As fontes da maior parte dos dados e afirmações factuais desta síntese constam do Relatório, mas foram incluídas neste documento nos casos em que a precisão ou as qualificações são importantes.
- 2 Estimativas relativas aos Estados Unidos, com base em Chetty e outros (2016). Kreiner, Nielsen e Serena (2018) defendem que estes resultados sobrestimam as disparidades na esperança média de vida entre diferentes escalões de rendimento, uma vez que ignoram a mobilidade do rendimento (de acordo com o método dos autores, a sobrestimação pode ascender a 50 por cento), embora também conclua que estas disparidades têm aumentado ao longo do tempo e que a sobrestimação se atenua no caso das idades mais avançadas (desaparecendo por completo aos 80 anos). Mackenbach e outros (2018) observam que as desigualdades na área da saúde, em geral, aumentaram na Europa, entre a década de 1980 e o final dos anos 2000, inclusive, tendo-se registado uma diminuição, nalguns países, desde então.
- 3 Este assunto é discutido em maior detalhe no capítulo 2 do Relatório.
- 4 Conforme se sugere em ONU (2019b), obra que identificou a redução das desigualdades e a promoção das capacidades como “pontos de partida” para as transformações necessárias à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ver também Lusseau e Mancini (2019), onde se conclui que as desigualdades são um obstáculo fundamental à realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em todos os países, e que a respetiva redução teria efeitos benéficos cumulativos sobre o conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 5 Trata-se, igualmente, de uma premissa da Deaton Review, um projeto plurianual que analisa as desigualdades no Reino Unido (Joyce e Xu 2019).
- 6 Atkinson 2015.
- 7 Deaton (2017) argumenta que, frequentemente, os governos fazem mais pelo aumento do que pela redução da desigualdade.
- 8 Ver, por exemplo, Saad (2019), quanto ao receio das alterações climáticas, e Reinhart (2018), em relação à inteligência artificial e ao emprego.
- 9 Sen 1980.
- 10 Expressão utilizada por Angus Deaton para oferecer uma perspectiva da evolução das desigualdades (Belluz 2015).
- 11 Parafraseando Deaton (2013a).
- 12 PNUD e OPHI 2019.
- 13 Uma grande parte dos países em vias de desenvolvimento carecem de sistemas completos de registo vital, pelo que as estimativas nacionais da esperança de vida em idades mais avançadas que são utilizadas no Relatório, extraídas das estatísticas oficiais da Divisão de População das Nações Unidas, estão sujeitas a erros significativos de medição e devem ser interpretadas com prudência. Em todo o caso, a dinâmica de dilatação das disparidades ao nível da esperança de vida em idades mais avançadas é resistente à alteração da idade (permanecendo válida aos 60 anos) e, apesar de existir alguma heterogeneidade comparando diferentes países e ao longo do tempo, o mesmo padrão confirma-se, em termos gerais, no interior dos países, conforme se descreve em maior detalhe no capítulo 1 do Relatório.
- 14 Brown, Ravallion e Van de Walle 2017.
- 15 Stiglitz, Sen e Fitoussi 2009a.

Índices de desenvolvimento humano

| Classificação do IDH | Índice de Desenvolvimento Humano | | | | Índice de Desenvolvimento Humano por Género | | Índice de Desigualdade de Género | | Índice de Pobreza Multidimensional ^a | | | | |
|---------------------------------------------|----------------------------------|-------|-----------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|---------------|-------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------|--------|
| | Valor | | IDH Ajustado à Desigualdade | | Valor | Grupo ^b | Valor | Classificação | Valor | Contagem de pessoas (%) | Intensidade da privação (%) | Ano e inquérito ^d | |
| | 2018 | 2018 | Perda global (%) | Diferença da classificação do IDH ^b | | | | | | | | | 2018 |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Noruega | 0.954 | 0.889 | 6.8 | 0 | 0.990 | 1 | 0.044 | 5 | .. | .. | .. | |
| 2 | Suíça | 0.946 | 0.882 | 6.8 | -1 | 0.963 | 2 | 0.037 | 1 | .. | .. | .. | |
| 3 | Irlanda | 0.942 | 0.865 | 8.2 | -6 | 0.975 | 2 | 0.093 | 22 | .. | .. | .. | |
| 4 | Alemanha | 0.939 | 0.861 | 8.3 | -7 | 0.968 | 2 | 0.084 | 19 | .. | .. | .. | |
| 4 | Hong Kong, China (RAE) | 0.939 | 0.815 | 13.2 | -17 | 0.963 | 2 | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 6 | Austrália | 0.938 | 0.862 | 8.1 | -4 | 0.975 | 1 | 0.103 | 25 | .. | .. | .. | |
| 7 | Islândia | 0.938 | 0.885 | 5.7 | 4 | 0.966 | 2 | 0.057 | 9 | .. | .. | .. | |
| 8 | Suécia | 0.937 | 0.874 | 6.7 | 2 | 0.982 | 1 | 0.040 | 2 | .. | .. | .. | |
| 9 | Singapura | 0.935 | 0.810 | 13.3 | -14 | 0.988 | 1 | 0.065 | 11 | .. | .. | .. | |
| 10 | Países Baixos | 0.933 | 0.870 | 6.8 | 2 | 0.967 | 2 | 0.041 | 4 | .. | .. | .. | |
| 11 | Dinamarca | 0.930 | 0.873 | 6.1 | 4 | 0.980 | 1 | 0.040 | 2 | .. | .. | .. | |
| 12 | Finlândia | 0.925 | 0.876 | 5.3 | 7 | 0.990 | 1 | 0.050 | 7 | .. | .. | .. | |
| 13 | Canadá | 0.922 | 0.841 | 8.8 | -4 | 0.989 | 1 | 0.083 | 18 | .. | .. | .. | |
| 14 | Nova Zelândia | 0.921 | 0.836 | 9.2 | -4 | 0.963 | 2 | 0.133 | 34 | .. | .. | .. | |
| 15 | Reino Unido | 0.920 | 0.845 | 8.2 | 0 | 0.967 | 2 | 0.119 | 27 | .. | .. | .. | |
| 16 | Estados Unidos | 0.920 | 0.797 | 13.4 | -13 | 0.991 | 1 | 0.182 | 42 | .. | .. | .. | |
| 17 | Bélgica | 0.919 | 0.849 | 7.6 | 3 | 0.972 | 2 | 0.045 | 6 | .. | .. | .. | |
| 18 | Listenstaine | 0.917 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 19 | Japão | 0.915 | 0.882 | 3.6 | 15 | 0.976 | 1 | 0.099 | 23 | .. | .. | .. | |
| 20 | Áustria | 0.914 | 0.843 | 7.7 | 3 | 0.963 | 2 | 0.073 | 14 | .. | .. | .. | |
| 21 | Luxemburgo | 0.909 | 0.822 | 9.5 | 1 | 0.970 | 2 | 0.078 | 16 | .. | .. | .. | |
| 22 | Israel | 0.906 | 0.809 | 10.8 | -3 | 0.972 | 2 | 0.100 | 24 | .. | .. | .. | |
| 23 | Coreia (República da) | 0.906 | 0.777 | 14.3 | -9 | 0.934 | 3 | 0.058 | 10 | .. | .. | .. | |
| 24 | Eslovénia | 0.902 | 0.858 | 4.8 | 11 | 1.003 | 1 | 0.069 | 12 | .. | .. | .. | |
| 25 | Espanha | 0.893 | 0.765 | 14.3 | -13 | 0.981 | 1 | 0.074 | 15 | .. | .. | .. | |
| 26 | Chêquia | 0.891 | 0.850 | 4.6 | 12 | 0.983 | 1 | 0.137 | 35 | .. | .. | .. | |
| 27 | França | 0.891 | 0.809 | 9.2 | 1 | 0.984 | 1 | 0.051 | 8 | .. | .. | .. | |
| 28 | Malta | 0.885 | 0.815 | 8.0 | 6 | 0.965 | 2 | 0.195 | 44 | .. | .. | .. | |
| 29 | Itália | 0.883 | 0.776 | 12.1 | -4 | 0.967 | 2 | 0.069 | 12 | .. | .. | .. | |
| 30 | Estónia | 0.882 | 0.818 | 7.2 | 9 | 1.016 | 1 | 0.091 | 21 | .. | .. | .. | |
| 31 | Chipre | 0.873 | 0.788 | 9.7 | 1 | 0.983 | 1 | 0.086 | 20 | .. | .. | .. | |
| 32 | Grécia | 0.872 | 0.766 | 12.2 | -5 | 0.963 | 2 | 0.122 | 31 | .. | .. | .. | |
| 33 | Polónia | 0.872 | 0.801 | 8.1 | 4 | 1.009 | 1 | 0.120 | 30 | .. | .. | .. | |
| 34 | Lituânia | 0.869 | 0.775 | 10.9 | -1 | 1.028 | 2 | 0.124 | 33 | .. | .. | .. | |
| 35 | Emirados Árabes Unidos | 0.866 | .. | .. | .. | 0.965 | 2 | 0.113 | 26 | .. | .. | .. | |
| 36 | Andorra | 0.857 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 37 | Arábia Saudita | 0.857 | .. | .. | .. | 0.879 | 5 | 0.224 | 49 | .. | .. | .. | |
| 38 | Eslováquia | 0.857 | 0.804 | 6.2 | 8 | 0.992 | 1 | 0.190 | 43 | .. | .. | .. | |
| 39 | Letónia | 0.854 | 0.776 | 9.1 | 3 | 1.030 | 2 | 0.169 | 40 | .. | .. | .. | |
| 40 | Portugal | 0.850 | 0.742 | 12.7 | -6 | 0.984 | 1 | 0.081 | 17 | .. | .. | .. | |
| 41 | Qatar | 0.848 | .. | .. | .. | 1.043 | 2 | 0.202 | 45 | .. | .. | .. | |
| 42 | Chile | 0.847 | 0.696 | 17.8 | -14 | 0.962 | 2 | 0.288 | 62 | .. | .. | .. | |
| 43 | Brunei Darussalam | 0.845 | .. | .. | .. | 0.987 | 1 | 0.234 | 51 | .. | .. | .. | |
| 44 | Hungria | 0.845 | 0.777 | 8.0 | 8 | 0.984 | 1 | 0.258 | 56 | .. | .. | .. | |
| 45 | Bahrein | 0.838 | .. | .. | .. | 0.937 | 3 | 0.207 | 47 | .. | .. | .. | |
| 46 | Croácia | 0.837 | 0.768 | 8.3 | 4 | 0.989 | 1 | 0.122 | 31 | .. | .. | .. | |
| 47 | Omã | 0.834 | 0.725 | 13.1 | -3 | 0.943 | 3 | 0.304 | 65 | .. | .. | .. | |
| 48 | Argentina | 0.830 | 0.714 | 14.0 | -4 | 0.988 | 1 | 0.354 | 77 | .. | .. | .. | |
| 49 | Federação Russa | 0.824 | 0.743 | 9.9 | 1 | 1.015 | 1 | 0.255 | 54 | .. | .. | .. | |
| 50 | Bielorrússia | 0.817 | 0.765 | 6.4 | 6 | 1.010 | 1 | 0.119 | 27 | .. | .. | .. | |
| 51 | Cazaquistão | 0.817 | 0.759 | 7.1 | 4 | 0.999 | 1 | 0.203 | 46 | 0.002 ^f | 0.5 ^f | 35.6 ^f | 2015 M |
| 52 | Bulgária | 0.816 | 0.714 | 12.5 | 0 | 0.993 | 1 | 0.218 | 48 | .. | .. | .. | |
| 53 | Montenegro | 0.816 | 0.746 | 8.6 | 5 | 0.966 | 2 | 0.119 | 27 | 0.002 ^f | 0.4 ^f | 45.7 ^f | 2013 M |
| 54 | Roménia | 0.816 | 0.725 | 11.1 | 2 | 0.986 | 1 | 0.316 | 69 | .. | .. | .. | |
| 55 | Palau | 0.814 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 56 | Barbados | 0.813 | 0.675 | 17.0 | -10 | 1.010 | 1 | 0.256 | 55 | 0.009 ^g | 2.5 ^g | 34.2 ^g | 2012 M |
| 57 | Koweit | 0.808 | .. | .. | .. | 0.999 | 1 | 0.245 | 53 | .. | .. | .. | |
| 58 | Uruguai | 0.808 | 0.703 | 13.0 | 0 | 1.016 | 1 | 0.275 | 59 | .. | .. | .. | |
| 59 | Turquia | 0.806 | 0.675 | 16.2 | -8 | 0.924 | 4 | 0.305 | 66 | .. | .. | .. | |

| Classificação do IDH | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH Ajustado à Desigualdade | | | Índice de Desenvolvimento Humano por Género | | Índice de Desigualdade de Género | | Índice de Pobreza Multidimensional* | | | |
|-----------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|---------------|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| | Valor | Valor | Perda global (%) | Diferença da classificação do IDH ^b | Valor | Grupo ^c | Valor | Classificação | Valor | Contagem de pessoas (%) | Intensidade da privação (%) | Ano e inquérito ^d |
| | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2007–2018 ^e | 2007–2018 ^e | 2007–2018 | 2007–2018 ^e |
| 60 Bahamas | 0.805 | .. | .. | .. | .. | .. | 0.353 | 76 | .. | .. | .. | |
| 61 Malásia | 0.804 | .. | .. | .. | 0.972 | 2 | 0.274 | 58 | .. | .. | .. | |
| 62 Seicheles | 0.801 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO | | | | | | | | | | | | |
| 63 Sérvia | 0.799 | 0.685 | 14.4 | -4 | 0.976 | 1 | 0.161 | 37 | 0.001 ^f | 0.3 ^f | 42.5 ^f | 2014 M |
| 64 Trinidad e Tobago | 0.799 | .. | .. | .. | 1.002 | 1 | 0.323 | 72 | 0.002 ^f | 0.6 ^f | 38 ^f | 2011 M |
| 65 Irão (República Islâmica do) | 0.797 | 0.706 | 11.5 | 5 | 0.874 | 5 | 0.492 | 118 | .. | .. | .. | |
| 66 Maurícia | 0.796 | 0.688 | 13.7 | 0 | 0.974 | 2 | 0.369 | 82 | .. | .. | .. | |
| 67 Panamá | 0.795 | 0.626 | 21.2 | -13 | 1.005 | 1 | 0.460 | 108 | .. | .. | .. | |
| 68 Costa Rica | 0.794 | 0.645 | 18.7 | -7 | 0.977 | 1 | 0.285 | 61 | .. | .. | .. | |
| 69 Albânia | 0.791 | 0.705 | 10.9 | 8 | 0.971 | 2 | 0.234 | 51 | 0.003 | 0.7 | 39.1 | 2017/2018 D |
| 70 Geórgia | 0.786 | 0.692 | 12.0 | 5 | 0.979 | 1 | 0.351 | 75 | .. | .. | .. | |
| 71 Sri Lanca | 0.780 | 0.686 | 12.1 | 4 | 0.938 | 3 | 0.380 | 86 | .. | .. | .. | |
| 72 Cuba | 0.778 | .. | .. | .. | 0.948 | 3 | 0.312 | 67 | .. | .. | .. | |
| 73 São Cristóvão e Nevis | 0.777 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 74 Antígua e Barbuda | 0.776 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 75 Bósnia-Herzegovina | 0.769 | 0.658 | 14.4 | -2 | 0.924 | 4 | 0.162 | 38 | 0.008 ^g | 2.2 ^g | 37.9 ^g | 2011/2012 M |
| 76 México | 0.767 | 0.595 | 22.5 | -17 | 0.957 | 2 | 0.334 | 74 | 0.025 ^g | 6.3 ^g | 39.2 ^g | 2016 N |
| 77 Tailândia | 0.765 | 0.635 | 16.9 | -4 | 0.995 | 1 | 0.377 | 84 | 0.003 ^f | 0.8 ^f | 39.1 ^f | 2015/2016 M |
| 78 Granada | 0.763 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 79 Brasil | 0.761 | 0.574 | 24.5 | -23 | 0.995 | 1 | 0.386 | 89 | 0.016 ^{f,j} | 3.8 ^{f,j} | 42.5 ^{f,j} | 2015 N |
| 80 Colômbia | 0.761 | 0.585 | 23.1 | -16 | 0.986 | 1 | 0.411 | 94 | 0.020 ⁱ | 4.8 ⁱ | 40.6 ⁱ | 2015/2016 D |
| 81 Arménia | 0.760 | 0.685 | 9.9 | 9 | 0.972 | 2 | 0.259 | 57 | 0.001 | 0.2 | 36.2 | 2015/2016 D |
| 82 Argélia | 0.759 | 0.604 | 20.4 | -8 | 0.865 | 5 | 0.443 | 100 | 0.008 | 2.1 | 38.8 | 2012/2013 M |
| 83 Macedónia do Norte | 0.759 | 0.660 | 13.1 | 5 | 0.947 | 3 | 0.145 | 36 | 0.010 ^g | 2.5 ^g | 37.7 ^g | 2011 M |
| 84 Peru | 0.759 | 0.612 | 19.4 | -5 | 0.951 | 2 | 0.381 | 87 | 0.053 | 12.7 | 41.6 | 2012 D |
| 85 China | 0.758 | 0.636 | 16.1 | 4 | 0.961 | 2 | 0.163 | 39 | 0.016 ^{k,l} | 3.9 ^{k,l} | 41.3 ^{k,l} | 2014 N |
| 86 Equador | 0.758 | 0.607 | 19.9 | -4 | 0.980 | 1 | 0.389 | 90 | 0.018 ^f | 4.5 ^f | 40.0 ^f | 2013/2014 N |
| 87 Azerbaijão | 0.754 | 0.683 | 9.4 | 13 | 0.940 | 3 | 0.321 | 70 | .. | .. | .. | |
| 88 Ucrânia | 0.750 | 0.701 | 6.5 | 21 | 0.995 | 1 | 0.284 | 60 | 0.001 ⁱ | 0.2 ⁱ | 34.5 ⁱ | 2012 M |
| 89 República Dominicana | 0.745 | 0.584 | 21.5 | -8 | 1.003 | 1 | 0.453 | 104 | 0.015 ⁱ | 3.9 ⁱ | 38.9 ⁱ | 2014 M |
| 90 Santa Lúcia | 0.745 | 0.617 | 17.2 | 4 | 0.975 | 2 | 0.333 | 73 | 0.007 ^g | 1.9 ^g | 37.5 ^g | 2012 M |
| 91 Tunísia | 0.739 | 0.585 | 20.8 | -4 | 0.899 | 5 | 0.300 | 63 | 0.005 | 1.3 | 39.7 | 2011/2012 M |
| 92 Mongólia | 0.735 | 0.635 | 13.6 | 10 | 1.031 | 2 | 0.322 | 71 | 0.042 | 10.2 | 41.7 | 2013 M |
| 93 Líbano | 0.730 | .. | .. | .. | 0.891 | 5 | 0.362 | 79 | .. | .. | .. | |
| 94 Botsuana | 0.728 | .. | .. | .. | 0.990 | 1 | 0.464 | 111 | .. | .. | .. | |
| 95 São Vicente e Granadinas | 0.728 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 96 Jamaica | 0.726 | 0.604 | 16.7 | 3 | 0.986 | 1 | 0.405 | 93 | 0.018 ^g | 4.7 ^g | 38.7 ^g | 2014 N |
| 97 Venezuela (República Bolivariana da) | 0.726 | 0.600 | 17.3 | 1 | 1.013 | 1 | 0.458 | 106 | .. | .. | .. | |
| 98 Dominica | 0.724 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 99 Ilhas Fiji | 0.724 | .. | .. | .. | .. | .. | 0.357 | 78 | .. | .. | .. | |
| 100 Paraguai | 0.724 | 0.545 | 24.7 | -14 | 0.968 | 2 | 0.482 | 117 | 0.019 | 4.5 | 41.9 | 2016 M |
| 101 Suriname | 0.724 | 0.557 | 22.7 | -9 | 0.972 | 2 | 0.465 | 112 | 0.041 ^g | 9.4 ^g | 43.4 ^g | 2010 M |
| 102 Jordânia | 0.723 | 0.617 | 14.7 | 11 | 0.868 | 5 | 0.469 | 113 | 0.002 | 0.4 | 35.4 | 2017/2018 D |
| 103 Belize | 0.720 | 0.558 | 22.6 | -8 | 0.983 | 1 | 0.391 | 91 | 0.017 | 4.3 | 39.8 | 2015/2016 M |
| 104 Maldivas | 0.719 | 0.568 | 21.0 | -5 | 0.939 | 3 | 0.367 | 81 | 0.003 | 0.8 | 34.4 | 2016/2017 D |
| 105 Tonga | 0.717 | .. | .. | .. | 0.944 | 3 | 0.418 | 96 | .. | .. | .. | |
| 106 Filipinas | 0.712 | 0.582 | 18.2 | 1 | 1.004 | 1 | 0.425 | 98 | 0.024 ⁱ | 5.8 ⁱ | 41.8 ⁱ | 2017 D |
| 107 Moldávia (República da) | 0.711 | 0.638 | 10.4 | 21 | 1.007 | 1 | 0.228 | 50 | 0.004 | 0.9 | 37.4 | 2012 M |
| 108 Turquemenistão | 0.710 | 0.579 | 18.5 | 1 | .. | .. | .. | .. | 0.001 | 0.4 | 36.1 | 2015/2016 M |
| 109 Usbequistão | 0.710 | .. | .. | .. | 0.939 | 3 | 0.303 | 64 | .. | .. | .. | |
| 110 Líbia | 0.708 | .. | .. | .. | 0.931 | 3 | 0.172 | 41 | 0.007 | 2.0 | 37.1 | 2014 P |
| 111 Indonésia | 0.707 | 0.584 | 17.4 | 6 | 0.937 | 3 | 0.451 | 103 | 0.028 ⁱ | 7.0 ⁱ | 40.3 ⁱ | 2012 D |
| 112 Samoa | 0.707 | .. | .. | .. | .. | .. | 0.364 | 80 | .. | .. | .. | |
| 113 África do Sul | 0.705 | 0.463 | 34.4 | -17 | 0.984 | 1 | 0.422 | 97 | 0.025 | 6.3 | 39.8 | 2016 D |
| 114 Bolívia (Estado Plurinacional da) | 0.703 | 0.533 | 24.2 | -6 | 0.936 | 3 | 0.446 | 101 | 0.094 | 20.4 | 46.0 | 2008 D |
| 115 Gabão | 0.702 | 0.544 | 22.5 | -4 | 0.917 | 4 | 0.534 | 128 | 0.066 | 14.8 | 44.3 | 2012 D |
| 116 Egito | 0.700 | 0.492 | 29.7 | -8 | 0.878 | 5 | 0.450 | 102 | 0.019 ⁿ | 5.2 ⁿ | 37.6 ⁿ | 2014 D |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO | | | | | | | | | | | | |
| 117 Ilhas Marshall | 0.698 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | |
| 118 Vietname | 0.693 | 0.580 | 16.3 | 8 | 1.003 | 1 | 0.314 | 68 | 0.019 ⁱ | 4.9 ⁱ | 39.5 ⁱ | 2013/2014 M |

| Classificação do IDH | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH Ajustado à Desigualdade | | | Índice de Desenvolvimento Humano por Género | Índice de Desigualdade de Género | | Índice de Pobreza Multidimensional ^a | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------|-------|-------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------|
| | Valor | Valor | Perda global (%) | Diferença da classificação do IDH ^b | Valor | Grupo ^c | Valor | Classificação | Valor | Contagem de pessoas (%) | Intensidade da privação (%) | Ano e inquérito ^d | |
| | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2007–2018 ^e | 2007–2018 ^e | 2007–2018 | 2007–2018 ^e | |
| 119 | Palestina (Estado da) | 0.690 | 0.597 | 13.5 | 16 | 0.871 | 5 | .. | .. | 0.004 | 1.0 | 37.5 | 2014 M |
| 120 | Iraque | 0.689 | 0.552 | 19.8 | 3 | 0.789 | 5 | 0.540 | 131 | 0.033 | 8.6 | 37.9 | 2018 M |
| 121 | Marrocos | 0.676 | .. | .. | .. | 0.833 | 5 | 0.492 | 118 | 0.085 ^f | 18.6 ^f | 45.7 ^f | 2011 P |
| 122 | Quirguizistão | 0.674 | 0.610 | 9.5 | 23 | 0.959 | 2 | 0.381 | 87 | 0.008 | 2.3 | 36.3 | 2014 M |
| 123 | Guiana | 0.670 | 0.546 | 18.5 | 4 | 0.973 | 2 | 0.492 | 118 | 0.014 | 3.4 | 41.8 | 2014 M |
| 124 | El Salvador | 0.667 | 0.521 | 21.9 | 1 | 0.969 | 2 | 0.397 | 92 | 0.032 | 7.9 | 41.3 | 2014 M |
| 125 | Tajiquistão | 0.656 | 0.574 | 12.5 | 12 | 0.799 | 5 | 0.377 | 84 | 0.029 | 7.4 | 39.0 | 2017 D |
| 126 | Cabo Verde | 0.651 | .. | .. | .. | 0.984 | 1 | 0.372 | 83 | .. | .. | .. | .. |
| 127 | Guatemala | 0.651 | 0.472 | 27.4 | -2 | 0.943 | 3 | 0.492 | 118 | 0.134 | 28.9 | 46.2 | 2014/2015 D |
| 128 | Nicarágua | 0.651 | 0.501 | 23.0 | 1 | 1.013 | 1 | 0.455 | 105 | 0.074 | 16.3 | 45.2 | 2011/2012 D |
| 129 | Índia | 0.647 | 0.477 | 26.3 | 1 | 0.829 | 5 | 0.501 | 122 | 0.123 | 27.9 | 43.9 | 2015/2016 D |
| 130 | Namíbia | 0.645 | 0.417 | 35.3 | -14 | 1.009 | 1 | 0.460 | 108 | 0.171 | 38.0 | 45.1 | 2013 D |
| 131 | Timor-Leste | 0.626 | 0.450 | 28.0 | -5 | 0.899 | 5 | .. | .. | 0.210 | 45.8 | 45.7 | 2016 D |
| 132 | Honduras | 0.623 | 0.464 | 25.5 | 0 | 0.970 | 2 | 0.479 | 116 | 0.090 ^o | 19.3 ^o | 46.4 ^o | 2011/2012 D |
| 133 | Quiribati | 0.623 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 134 | Butão | 0.617 | 0.450 | 27.1 | -3 | 0.893 | 5 | 0.436 | 99 | 0.175 ^f | 37.3 ^f | 46.8 ^f | 2010 M |
| 135 | Bangladeche | 0.614 | 0.465 | 24.3 | 4 | 0.895 | 5 | 0.536 | 129 | 0.198 | 41.7 | 47.5 | 2014 D |
| 136 | Micronésia (Estados Federados da) | 0.614 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 137 | São Tomé e Príncipe | 0.609 | 0.507 | 16.7 | 10 | 0.900 | 5 | 0.547 | 136 | 0.092 | 22.1 | 41.7 | 2014 M |
| 138 | Congo | 0.608 | 0.456 | 25.0 | 2 | 0.931 | 3 | 0.579 | 145 | 0.112 | 24.3 | 46.0 | 2014/2015 M |
| 139 | Essuatíni (Reino de) | 0.608 | 0.430 | 29.3 | -4 | 0.962 | 2 | 0.579 | 145 | 0.081 | 19.2 | 42.3 | 2014 M |
| 140 | República Democrática Popular do Laos | 0.604 | 0.454 | 24.9 | 3 | 0.929 | 3 | 0.463 | 110 | 0.108 | 23.1 | 47.0 | 2017 M |
| 141 | Vanuatu | 0.597 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | 0.174 ^f | 38.8 ^f | 44.9 ^f | 2007 M |
| 142 | Gana | 0.596 | 0.427 | 28.3 | -3 | 0.912 | 4 | 0.541 | 133 | 0.138 | 30.1 | 45.8 | 2014 D |
| 143 | Zâmbia | 0.591 | 0.394 | 33.4 | -6 | 0.949 | 3 | 0.540 | 131 | 0.261 | 53.2 | 49.1 | 2013/2014 D |
| 144 | Guiné Equatorial | 0.588 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 145 | Mianmar | 0.584 | 0.448 | 23.2 | 3 | 0.953 | 2 | 0.458 | 106 | 0.176 | 38.3 | 45.9 | 2015/2016 D |
| 146 | Camboja | 0.581 | 0.465 | 20.1 | 12 | 0.919 | 4 | 0.474 | 114 | 0.170 | 37.2 | 45.8 | 2014 D |
| 147 | Quênia | 0.579 | 0.426 | 26.3 | 0 | 0.933 | 3 | 0.545 | 134 | 0.178 | 38.7 | 46.0 | 2014 D |
| 148 | Nepal | 0.579 | 0.430 | 25.8 | 3 | 0.897 | 5 | 0.476 | 115 | 0.148 | 34.0 | 43.6 | 2016 D |
| 149 | Angola | 0.574 | 0.392 | 31.8 | -2 | 0.902 | 4 | 0.578 | 144 | 0.282 | 51.1 | 55.3 | 2015/2016 D |
| 150 | Camarões | 0.563 | 0.371 | 34.1 | -6 | 0.869 | 5 | 0.566 | 140 | 0.243 | 45.3 | 53.5 | 2014 M |
| 151 | Zimbabué | 0.563 | 0.435 | 22.8 | 7 | 0.925 | 4 | 0.525 | 126 | 0.137 | 31.8 | 42.9 | 2015 D |
| 152 | Paquistão | 0.560 | 0.386 | 31.1 | -1 | 0.747 | 5 | 0.547 | 136 | 0.198 | 38.3 | 51.7 | 2017/2018 D |
| 153 | Ilhas Salomão | 0.557 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO | | | | | | | | | | | | | |
| 154 | República Árabe da Síria | 0.549 | .. | .. | .. | 0.795 | 5 | 0.547 | 136 | 0.029 ^f | 7.4 ^f | 38.9 ^f | 2009 P |
| 155 | Papua-Nova Guiné | 0.543 | .. | .. | .. | .. | .. | 0.740 | 161 | .. | .. | .. | .. |
| 156 | Comores | 0.538 | 0.294 | 45.3 | -22 | 0.888 | 5 | .. | .. | 0.181 | 37.3 | 48.5 | 2012 D |
| 157 | Ruanda | 0.536 | 0.382 | 28.7 | -1 | 0.943 | 3 | 0.412 | 95 | 0.259 | 54.4 | 47.5 | 2014/2015 D |
| 158 | Nigéria | 0.534 | 0.349 | 34.6 | -5 | 0.868 | 5 | .. | .. | 0.291 | 51.4 | 56.6 | 2016/2017 M |
| 159 | Tanzânia (República Unida da) | 0.528 | 0.397 | 24.9 | 7 | 0.936 | 3 | 0.539 | 130 | 0.273 | 55.4 | 49.3 | 2015/2016 D |
| 160 | Uganda | 0.528 | 0.387 | 26.7 | 4 | 0.863 | 5 | 0.531 | 127 | 0.269 | 55.1 | 48.8 | 2016 D |
| 161 | Mauritânia | 0.527 | 0.358 | 32.1 | 1 | 0.853 | 5 | 0.620 | 150 | 0.261 | 50.6 | 51.5 | 2015 M |
| 162 | Madagáscar | 0.521 | 0.386 | 25.8 | 6 | 0.946 | 3 | .. | .. | 0.453 | 77.8 | 58.2 | 2008/2009 D |
| 163 | Benim | 0.520 | 0.327 | 37.1 | -6 | 0.883 | 5 | 0.613 | 148 | 0.368 | 66.8 | 55.0 | 2017/2018 D |
| 164 | Lesoto | 0.518 | 0.350 | 32.5 | 3 | 1.026 | 2 | 0.546 | 135 | 0.146 | 33.6 | 43.4 | 2014 D |
| 165 | Costa do Marfim | 0.516 | 0.331 | 35.8 | -3 | 0.796 | 5 | 0.657 | 157 | 0.236 | 46.1 | 51.2 | 2016 M |
| 166 | Senegal | 0.514 | 0.347 | 32.5 | 2 | 0.873 | 5 | 0.523 | 125 | 0.288 | 53.2 | 54.2 | 2017 D |
| 167 | Togo | 0.513 | 0.350 | 31.7 | 6 | 0.818 | 5 | 0.566 | 140 | 0.249 | 48.2 | 51.6 | 2013/2014 D |
| 168 | Sudão | 0.507 | 0.332 | 34.6 | 1 | 0.837 | 5 | 0.560 | 139 | 0.279 | 52.3 | 53.4 | 2014 M |
| 169 | Haiti | 0.503 | 0.299 | 40.5 | -7 | 0.890 | 5 | 0.620 | 150 | 0.200 | 41.3 | 48.4 | 2016/2017 D |
| 170 | Afeganistão | 0.496 | .. | .. | .. | 0.723 | 5 | 0.575 | 143 | 0.272 ⁱ | 55.9 ⁱ | 48.6 ⁱ | 2015/2016 D |
| 171 | Djibouti | 0.495 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 172 | Malauí | 0.485 | 0.346 | 28.7 | 5 | 0.930 | 3 | 0.615 | 149 | 0.243 | 52.6 | 46.2 | 2015/2016 D |
| 173 | Etiópia | 0.470 | 0.337 | 28.4 | 5 | 0.844 | 5 | 0.508 | 123 | 0.489 | 83.5 | 58.5 | 2016 D |
| 174 | Gâmbia | 0.466 | 0.293 | 37.2 | -8 | 0.832 | 5 | 0.620 | 150 | 0.286 | 55.2 | 51.7 | 2013 D |
| 175 | Guiné | 0.466 | 0.310 | 33.4 | -1 | 0.806 | 5 | .. | .. | 0.336 | 61.9 | 54.3 | 2016 M |
| 176 | Libéria | 0.465 | 0.314 | 32.3 | 2 | 0.899 | 5 | 0.651 | 155 | 0.320 | 62.9 | 50.8 | 2013 D |
| 177 | Iémen | 0.463 | 0.316 | 31.8 | 5 | 0.458 | 5 | 0.834 | 162 | 0.241 | 47.7 | 50.5 | 2013 D |
| 178 | Guiné-Bissau | 0.461 | 0.288 | 37.5 | -5 | .. | .. | .. | .. | 0.372 | 67.3 | 55.3 | 2014 M |

| | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH Ajustado à Desigualdade | | | Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero | | Índice de Desigualdade de Gênero | | Índice de Pobreza Multidimensional* | | | |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|---------------|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| | Valor | Valor | Perda global (%) | Diferença da classificação do IDH ^b | Valor | Grupo ^c | Valor | Classificação | Valor | Contagem de pessoas (%) | Intensidade da privação (%) | Ano e inquérito ^d |
| Classificação do IDH | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 |
| 179 Congo (República Democrática do) | 0.459 | 0.316 | 31.0 | 7 | 0.844 | 5 | 0.655 | 156 | 0.389 | 74.0 | 52.5 | 2013/2014 D |
| 180 Moçambique | 0.446 | 0.309 | 30.7 | 4 | 0.901 | 4 | 0.569 | 142 | 0.411 | 72.5 | 56.7 | 2011 D |
| 181 Serra Leoa | 0.438 | 0.282 | 35.7 | -3 | 0.882 | 5 | 0.644 | 153 | 0.297 | 57.9 | 51.2 | 2017 M |
| 182 Burquina Faso | 0.434 | 0.303 | 30.1 | 5 | 0.875 | 5 | 0.612 | 147 | 0.519 | 83.8 | 61.9 | 2010 D |
| 183 Eritreia | 0.434 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 184 Mali | 0.427 | 0.294 | 31.2 | 3 | 0.807 | 5 | 0.676 | 158 | 0.457 | 78.1 | 58.5 | 2015 M |
| 185 Burundi | 0.423 | 0.296 | 30.1 | 5 | 1.003 | 1 | 0.520 | 124 | 0.403 | 74.3 | 54.3 | 2016/2017 D |
| 186 Sudão do Sul | 0.413 | 0.264 | 36.1 | -1 | 0.839 | 5 | .. | .. | 0.58 ^o | 91.9 | 63.2 | 2010 M |
| 187 Chade | 0.401 | 0.250 | 37.7 | -1 | 0.774 | 5 | 0.701 | 160 | 0.533 | 85.7 | 62.3 | 2014/2015 D |
| 188 República Centro-Africana | 0.381 | 0.222 | 41.6 | -1 | 0.795 | 5 | 0.682 | 159 | 0.465 ^l | 79.4 ^l | 58.6 ^l | 2010 M |
| 189 Níger | 0.377 | 0.272 | 27.9 | 3 | 0.298 | 5 | 0.647 | 154 | 0.590 | 90.5 | 65.2 | 2012 D |
| OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS | | | | | | | | | | | | |
| .. Coreia (República Popular Democrática da) | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| .. Mónaco | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| .. Nauru | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| .. São Marino | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| .. Somália | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| .. Tuvalu | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| Agrupamentos por IDH | | | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento humano muito elevado | 0.892 | 0.796 | 10.7 | — | 0.979 | — | 0.175 | — | .. | .. | .. | — |
| Desenvolvimento humano elevado | 0.750 | 0.615 | 17.9 | — | 0.960 | — | 0.331 | — | 0.018 | 4.5 | 40.9 | — |
| Desenvolvimento humano médio | 0.634 | 0.470 | 25.9 | — | 0.845 | — | 0.501 | — | 0.135 | 29.4 | 45.9 | — |
| Desenvolvimento humano baixo | 0.507 | 0.349 | 31.1 | — | 0.858 | — | 0.590 | — | 0.344 | 62.3 | 55.2 | — |
| Países em desenvolvimento | 0.686 | 0.533 | 22.3 | — | 0.918 | — | 0.466 | — | 0.114 | 23.1 | 49.4 | — |
| Regiões | | | | | | | | | | | | |
| Estados Árabes | 0.703 | 0.531 | 24.5 | — | 0.856 | — | 0.531 | — | 0.076 | 15.7 | 48.4 | — |
| Ásia Oriental e Pacífico | 0.741 | 0.618 | 16.6 | — | 0.962 | — | 0.310 | — | 0.024 | 5.6 | 42.3 | — |
| Europa e Ásia Central | 0.779 | 0.688 | 11.7 | — | 0.953 | — | 0.276 | — | 0.004 | 1.1 | 37.9 | — |
| América Latina e Caraíbas | 0.759 | 0.589 | 22.3 | — | 0.978 | — | 0.383 | — | 0.033 | 7.5 | 43.1 | — |
| Ásia do Sul | 0.642 | 0.476 | 25.9 | — | 0.828 | — | 0.510 | — | 0.142 | 31.0 | 45.6 | — |
| África Subsariana | 0.541 | 0.376 | 30.5 | — | 0.891 | — | 0.573 | — | 0.315 | 57.5 | 54.9 | — |
| Países menos avançados | 0.528 | 0.377 | 28.6 | — | 0.869 | — | 0.561 | — | 0.315 | 59.0 | 53.4 | — |
| Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento | 0.723 | 0.549 | 24.0 | — | 0.967 | — | 0.453 | — | .. | .. | .. | — |
| Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico | 0.895 | 0.791 | 11.7 | — | 0.976 | — | 0.182 | — | .. | .. | .. | — |
| Mundo | 0.731 | 0.584 | 20.2 | — | 0.941 | — | 0.439 | — | 0.114 | 23.1 | 49.4 | — |

NOTAS

- a Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para mais pormenores, ver *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.
- b Com base nos países para os quais foi calculado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- c Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH.
- d *D* indica que os dados têm origem em Inquéritos sobre Demografia e Saúde, *M*, em Inquéritos de Grupos de Indicadores Múltiplos, *P*, no Inquérito Pan-árabe sobre População e Saúde Familiar e *N*, em inquéritos nacionais (consultar a lista de inquéritos nacionais em <http://hdr.undp.org/en/faq-page/multidimensional-poverty-index-mpi>).
- e Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado, conforme indicado na coluna 12.
- f Tem em conta as mortes infantis ocorridas em qualquer momento, dado que o inquérito não recolheu a data das mortes infantis.
- g Falta o indicador sobre mortalidade infantil.
- h As estimativas baseadas no Inquérito de Grupos de Indicadores Múltiplos de 2015 são de 0,010 para o valor do Índice de Pobreza Multidimensional, de 2,6 para a contagem de pessoas (%) em pobreza multidimensional, de 3, 125,000 para a contagem de pessoas em pobreza multidimensional no ano do inquérito, de 3,200,000 para a contagem de pessoas em pobreza multidimensional projetada para 2017, de 40,2 para a intensidade da privação, de 0,4 para a população em pobreza multidimensional grave, de 6,1 para a população vulnerável à pobreza multidimensional, de 39,9 para a contribuição das privações de saúde, de 23,8 para a

contribuição das privações de educação e de 36,3 para a contribuição das privações de padrões de vida.

i Falta o indicador sobre nutrição.

j A metodologia foi ajustada para ter em conta o indicador em falta sobre a nutrição e o indicador incompleto sobre a mortalidade infantil (o inquérito não recolheu a data das mortes infantis).

k A mortalidade infantil foi calculada com base nas mortes ocorridas entre os inquéritos — isto é, entre 2012 e 2014. As mortes infantis comunicadas por um homem adulto do agregado familiar foram tidas em conta, uma vez que a data da morte foi comunicada.

l Falta o indicador sobre habitação.

m Com base em dados acedidos a 7 de junho de 2016.

n Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.

o Falta o indicador sobre eletricidade.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDHAD, ver *Nota técnica 2* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH.

Diferença da classificação do IDH: Diferença das classificações do IDHAD e do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para mais

pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, ver *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desigualdade de Gênero: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desigualdade de Gênero, ver *Nota técnica 4* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Índice de Pobreza Multidimensional: Percentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, ver *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33%. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas no ano do inquérito e número projetado de pessoas em 2017.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações

sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

FONTES

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019), do Banco Mundial (2019), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2019).

Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na *Nota Técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf).

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 4: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 2 e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado o IDH Ajustado à Desigualdade.

Coluna 5: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), de Barro e Lee (2018), do Banco Mundial (2019), da OIT (2019) e do FMI (2019).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados da coluna 5.

Coluna 7: Cálculos do GRDH baseados em dados do Grupo das Nações Unidas para o Cálculo das Estimativas da Mortalidade Materna (2017), do UNDESA (2019), da UIP (2019), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), de Barro e Lee (2018) e da OIT (2019).

Coluna 8: Cálculos baseados nos dados da coluna 7.

Colunas 9 and 10: Cálculos do GRDH e da OPHI baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de saúde, educação e condições de vida, provenientes de vários inquéritos às famílias conforme a lista da coluna 12, utilizando uma metodologia revista descrita na *Nota Técnica 5* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf).

Referências

- Atkinson, A. 2015.** *Inequality: What Can Be Done?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Barro, R. J., and J.-W. Lee. 2018.** Dataset of Educational Attainment, junho de 2018 Revisão. www.barrolee.com. Acedido em 15 de junho de 2019.
- Belluz, J. 2015.** "Nobel Winner Angus Deaton Talks about the Surprising Study on White Mortality He Just Co-Authored." *Vox*, 7 novembro.
- Blanchet, T., L. Chancel and A. Gethin. 2019.** "How Unequal Is Europe? Evidence from Distributional National Accounts, 1980-2017." WID.world Documento de trabalho 2019/06. World Inequality Database.
- Chetty, R., M. Stepner, S. Abraham, S. Lin, B. Scuderi, N. Turner, A. Bergeron and D. Cutler. 2016.** "The Association between Income and Life Expectancy in the United States, 2001-2014." *Journal of the American Medical Association* 315(16): 1750-1766.
- Corak, M. 2013.** "Income Inequality, Equality of Opportunity, and Intergenerational Mobility." *Journal of Economic Perspectives* 27(3): 79-102.
- Cumming, G.S., and S. von Cramon-Taubadel. 2018.** "Linking Economic Growth Pathways and Environmental Sustainability by Understanding Development as Alternate Social-Ecological Regimes." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(38): 9533-9538.
- Cutler, D.M., and A. Lleras-Muney. 2010.** "Understanding Differences in Health Behaviors by Education." *Journal of Health Economics* 29(1): 1-28.
- Deaton, A. 2013.** *The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Deaton, A. 2017.** "Without Governments, Would Countries Have More Inequality, or Less?" *The Economist*, 13 julho. www.economist.com/the-world-if/2017/07/13/without-governments-would-countries-have-more-inequality-or-less. Acedido em \ [data].
- GDIM. 2018.** Global Database on Intergenerational Mobility. World Bank, Development Research Group, Washington, DC.
- (OIT) Organização Internacional do Trabalho. 2019.** ILOSTAT database. www.ilo.org/ilostat. Acedido em 17 de junho de 2019.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2017.** "Tackling Inequality." *Fiscal Monitor*, outubro. Washington, DC.
- . 2019. World Economic Outlook database. Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/index.aspx. Acedido em 15 de julho de 2019.
- UIP (União Interparlamentar). 2019.** Women in national parliaments. www.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm. Acedido em 11 de abril de 2019.
- Joyce, R., and X. Xu. 2019.** "Inequalities in the Twentieth-First Century." Introducing the IFS Deaton Review. Institute for Fiscal Studies, Londres.
- Kreiner, C.T., T.H. Nielsen and B.L. Serena. 2018.** "Role of Income Mobility for the Measurement of Inequality in life Expectancy." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(46): 11754-11759.
- Lusseau, D. and F. Mancini. 2019.** "Income-Based Variation in Sustainable Development Goal Interaction Networks." *Nature Sustainability* 2: 242-247.
- Mackenzie, J.P. J.R. Valverde, B. Artnik, M. Bopp, H. Brønnum-Hansen, P. Deboosere, R. Kalediene, K. Kovács, M. Leinsalu, P. Martikainen, G. Menvielle, E. Regidor, J. Rychtaříková, M. Rodríguez-Sanz, P. Vineis, C. White, B. Wojtyniak, Y. Hu and W.J. Nusselder. 2018.** "Trends in Health Inequalities in 27 European Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115 (25): 6440-6445.
- Martínez, J., and D. Sánchez-Ancochea. 2016.** "Achieving Universalism in Developing Countries." Background paper for *Human Development Report 2016*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Reinhart, R.J. 2018.** "AI Seen as Greater Job Threat Than Immigration, Offshoring." Gallup, 9 março. <https://news.gallup.com/poll/228923/seen-greater-job-threat-immigration-offshoring.aspx>. Acedido em 18 de outubro de 2019.
- Saad, L. 2019.** "Americans as Concerned as Ever About Global Warming." Gallup, 25 março. <https://news.gallup.com/poll/248027/americans-concerned-ever-global-warming.aspx>. Acedido em 18 de outubro de 2019.
- Sen, A. 1980.** "Equality of What?" In S. McMurrin, ed., *Tanner Lectures on Human Values*, Vol. I. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Stiglitz, J., A. Sen and J.-P. Fitoussi. 2009.** "The Measurement of Economic Performance and Social Progress Revisited: Reflections and Overview." Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress), Paris.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2019.** *Global Sustainable Development Report: The Future is Now: Science for Achieving Sustainable Development*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- UNDESA (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais). 2019.** *World Population Prospects: The 2019 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 19 de junho de 2019.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2019.** Data Centre. <http://data.uis.unesco.org>. Acedido em 11 de abril de 2019.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OPHI (Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford). 2019.** *Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities*. Nova Iorque.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2019.** National Accounts Main Aggregates Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Materna (OMS, UNICEF, Divisão da População das Nações Unidas e Banco Mundial). 2017.** Maternal mortality data. <http://data.unicef.org/topic/maternal-health/maternal-mortality/>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- Banco Mundial. 2017.** *World Development Report 2017: Governance and the Law*. Washington, DC.
- . 2019. World Development Indicators database. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 15 de julho de 2019.

Chave para as classificações e países do IDH 2018

| | | | | | |
|-----------------------------------|-----|-------------------------------------------|-----|--------------------------------------|-----|
| Afeganistão | 170 | Gana | 142 | Noruega | 1 |
| Albânia | 69 | Grécia | 32 | Omã | 47 |
| Argélia | 82 | Granada | 78 | Paquistão | 152 |
| Andorra | 36 | Guatemala | 126 | Palau | 55 |
| Angola | 149 | Guiné | 174 | Palestina (Estado da) | 119 |
| Antígua e Barbuda | 74 | Guiné-Bissau | 178 | Panamá | 67 |
| Argentina | 48 | Guiana | 123 | Papua-Nova Guiné | 155 |
| Arménia | 81 | Haiti | 169 | Paraguai | 98 |
| Austrália | 6 | Honduras | 132 | Peru | 82 |
| Áustria | 20 | Hong Kong, China (RAE) | 4 | Filipinas | 106 |
| Azerbaijão | 87 | Hungria | 43 | Polónia | 32 |
| Bahamas | 60 | Islândia | 6 | Portugal | 40 |
| Bahrein | 45 | Índia | 129 | Qatar | 41 |
| Bangladeche | 135 | Indonésia | 111 | Roménia | 52 |
| Barbados | 56 | Irão (República Islâmica do) | 65 | Federação Russa | 49 |
| Bielorrússia | 50 | Iraque | 120 | Ruanda | 157 |
| Bélgica | 17 | Irlanda | 3 | São Cristóvão e Nevis | 73 |
| Belize | 103 | Israel | 22 | Santa Lúcia | 89 |
| Benim | 163 | Itália | 29 | São Vicente e Granadinas | 94 |
| Butão | 134 | Jamaica | 96 | Samoa | 111 |
| Bolívia (Estado Plurinacional da) | 114 | Japão | 19 | São Marino | .. |
| Bósnia-Herzegovina | 75 | Jordânia | 102 | São Tomé e Príncipe | 137 |
| Botsuana | 94 | Cazaquistão | 50 | Arábia Saudita | 36 |
| Brasil | 79 | Quénia | 147 | Senegal | 166 |
| Brunei Darussalam | 43 | Quiribati | 132 | Sérvia | 63 |
| Bulgária | 52 | Coreia (República Popular Democrática da) | .. | Seicheles | 62 |
| Burquina Faso | 182 | Coreia (República da) | 22 | Serra Leoa | 181 |
| Burundi | 185 | Koweit | 57 | Singapura | 9 |
| Cabo Verde | 126 | Quirguizistão | 122 | Eslováquia | 36 |
| Camboja | 146 | República Democrática Popular do Laos | 140 | Eslovénia | 24 |
| Camarões | 150 | Letónia | 39 | Ilhas Salomão | 153 |
| Canadá | 13 | Líbano | 93 | Somália | .. |
| República Centro-Africana | 188 | Lesoto | 164 | África do Sul | 113 |
| Chade | 187 | Libéria | 176 | Sudão do Sul | 186 |
| Chile | 42 | Líbia | 110 | Espanha | 25 |
| China | 85 | Listenstaine | 18 | Sri Lanca | 71 |
| Colômbia | 79 | Lituânia | 34 | Sudão | 168 |
| Comores | 156 | Luxemburgo | 21 | Suriname | 98 |
| Congo | 138 | Madagáscar | 162 | Suécia | 8 |
| Congo (República Democrática do) | 179 | Maláui | 172 | Suíça | 2 |
| Costa Rica | 68 | Malásia | 61 | República Árabe da Síria | 154 |
| Costa do Marfim | 165 | Maldivas | 104 | Tajiquistão | 125 |
| Croácia | 46 | Mali | 184 | Tanzânia (República Unida da) | 159 |
| Cuba | 72 | Malta | 28 | Tailândia | 77 |
| Chipre | 31 | Ilhas Marshall | 117 | Timor-Leste | 131 |
| Chéquia | 26 | Mauritânia | 161 | Togo | 167 |
| Dinamarca | 11 | Maurícia | 66 | Tonga | 105 |
| Djibouti | 171 | México | 76 | Trinidade e Tobago | 63 |
| Dominica | 98 | Micronésia (Estados Federados da) | 135 | Tunísia | 91 |
| República Dominicana | 89 | Moldávia (República da) | 107 | Turquia | 59 |
| Equador | 85 | Mónaco | .. | Turquemenistão | 108 |
| Egito | 116 | Mongólia | 92 | Tuvalu | .. |
| El Salvador | 124 | Montenegro | 52 | Uganda | 159 |
| Guiné Equatorial | 144 | Marrocos | 121 | Ucrânia | 88 |
| Eritreia | 182 | Moçambique | 180 | Emirados Árabes Unidos | 35 |
| Estónia | 30 | Mianmar | 145 | Reino Unido | 15 |
| Essuatíni (Reino de) | 138 | Namíbia | 130 | Estados Unidos | 15 |
| Etiópia | 173 | Nauru | .. | Uruguai | 57 |
| Ilhas Fiji | 98 | Nepal | 147 | Usbequistão | 108 |
| Finlândia | 12 | Países Baixos | 10 | Vanuatu | 141 |
| França | 26 | Nova Zelândia | 14 | Venezuela (República Bolivariana da) | 96 |
| Gabão | 115 | Nicarágua | 126 | Vietname | 118 |
| Gâmbia | 174 | Níger | 189 | Iémen | 177 |
| Geórgia | 70 | Nigéria | 158 | Zâmbia | 143 |
| Alemanha | 4 | Macedónia do Norte | 82 | Zimbabué | 150 |



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017

www.undp.org

Na generalidade dos países, são muitos os que têm poucas perspectivas de um futuro melhor. São pessoas desprovidas de esperança, sentido e dignidade, que assistem nas margens da sociedade, ao progresso de outros, rumo a uma prosperidade cada vez maior. Se é verdade que, a nível mundial, muitas pessoas escaparam à pobreza extrema, são muitos mais os que nunca tiveram as oportunidades ou recursos para gerir as suas vidas. O género, a etnia ou a riqueza dos pais continuam a ser elementos preponderantes para a determinação do lugar de qualquer pessoa na sociedade.

Desigualdades. As provas estão por todo o lado. As desigualdades nem sempre refletem um mundo injusto, mas, quando os percursos de desigualdade têm pouco a ver com a valorização do esforço, do talento ou dos riscos assumidos por empreendedores, podem chocar com o sentimento de justiça da generalidade das pessoas e constituir uma afronta à dignidade humana. Sob o espectro das arrebadoras mudanças tecnológicas e da crise climática, essas desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas nos governos, nas instituições e entre si. Na sua maioria, lesam as economias, desperdiçam o potencial das pessoas, no trabalho e na vida pessoal, impossibilitando-as de concretizá-lo plenamente. Muitas vezes, são as desigualdades que impedem as decisões políticas de refletir as aspirações da sociedade no seu todo e de proteger o planeta, se, na verdade são uns poucos, melhor posicionados, que exercem o seu poder para moldar as decisões à medida dos seus interesses. Em casos extremos, os povos saem à rua.

Estas desigualdades no desenvolvimento humano são um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Não se trata somente de discrepâncias no rendimento e na riqueza. Não é possível representá-las através da mera utilização de indicadores sumários de desigualdade que se focam numa única dimensão. Mais do que isso, irão, também, enformar as perspectivas das pessoas que viverem até ao século XXII. O Relatório explora as desigualdades no desenvolvimento humano, indo além do rendimento, além das médias e além do presente. Interroga que formas de desigualdade importam e o que as catalisa, reconhecendo que as desigualdades perniciosas devem, geralmente, ser pensadas enquanto sintomas de problemas mais amplos numa sociedade e numa economia. Inquire, ainda, que políticas podem enfrentar esses catalisadores — políticas simultaneamente capazes de auxiliar o crescimento da economia das nações, promover o desenvolvimento humano e reduzir a desigualdade.

É difícil obter uma imagem clara das desigualdades no desenvolvimento humano e do modo como estão a mudar. Por um lado, porque são tão amplas e multifacetadas quanto a própria vida. Por outro, porque os indicadores em que nos baseamos e os dados que lhes subjazem são, frequentemente, inadequados. Porém, há padrões importantes que se repetem, uma e outra vez.

Em todos os países, os objetivos estão em mudança. A desigualdade no desenvolvimento humano é elevada ou está a aumentar nas áreas que se espera virem a ser mais importantes no futuro. Houve algum progresso, a nível mundial, em áreas fundamentais, como o escape à pobreza e a obtenção de um nível básico de escolaridade, apesar da permanência de importantes disparidades. No entanto, ao mesmo tempo, as desigualdades têm-se dilatado nos patamares mais altos da escala do progresso.

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspectivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — o que ajuda à conceção de medidas concretas. O Relatório realça a importância do realinhamento dos atuais objetivos das políticas: enfatizando, por exemplo, a qualidade da educação em todas as faixas etárias, incluindo ao nível pré-primário, além do foco nas taxas de matrícula no ensino primário e secundário. Muitas destas aspirações já se repercutem na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta abordagem implica, igualmente, fazer face aos desequilíbrios de poder que estão no âmago de muitas desigualdades, nomeadamente através da criação de condições equitativas por meio de medidas anti monopólio. Nalguns casos, o combate às desigualdades implica lidar com normas sociais profundamente enraizadas na história e na cultura de uma nação. Muitas políticas abrangem opções que tanto potenciariam a equidade quanto a eficiência. O principal motivo para a raridade da sua prossecução poderá estar associado ao poder dos interesses estabelecidos, que têm pouco a ganhar com a mudança.

O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo, ser complacentes. A crise climática demonstra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar o mercado de trabalho e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas irão substituir as pessoas. Estamos, porém, à beira de um abismo para lá do qual o regresso será difícil. No entanto, a escolha é nossa — e devemos fazê-la agora.